

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIEVANGÉLICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

**DIAGNÓSTICO URBANO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO
BÁSICO DA CIDADE DE ANÁPOLIS, GO: SUBSÍDIOS PARA
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Anápolis-GO

2015

**DIAGNÓSTICO URBANO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO
BÁSICO DA CIDADE DE ANÁPOLIS, GO: SUBSÍDIOS PARA
POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Paula Patrícia Tavares Moreira

Orientadora: Dra Josana de Castro Peixoto
Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEvangélica, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Ambientais.

Anápolis-GO

2015

AGRADECIMENTOS

Perseverança e dedicação foram elementos necessários para que eu pudesse avançar com as leituras de temas que não eram pertinentes à minha formação acadêmica, daí a riqueza de um programa de mestrado multidisciplinar. O conhecimento vai além das fronteiras de cada ciência e o intercâmbio que ocorre no processo acadêmico, em um grupo heterogêneo, acredito que em muito contribuiu para a ampliação dos horizontes de cada mestrando, fato que comigo ocorreu. Portanto, parablenizo à UniEvangélica pela iniciativa da implantação de um programa de mestrado com o caráter multidisciplinar, que em muito contribui para o engrandecimento da cidade de Anápolis e do Estado de Goiás.

Quero agradecer Primeiramente a Deus, por ter me dado está grande vitória, que é concluir o mestrado. Ao meu querido esposo Leandro pela paciência, ajuda e compreensão, aos meus pais e irmãos, meu sogro e sogra, cunhados e cunhadas, pelo apoio e orações.

Ao Professor que iniciou a minha orientação *in memorian* Doutor Roberto Prado de Moraes pelo grande apoio, sem ele não teria consigo terminar esse curso. Aos professores Genilda D'Arc Bernardes, José Paulo Pietrafesa, Nilton Corrêa da Silva, Francisco Itami Campos, Maurício José Nardini, Clarimar José Coelho, Mirley, enfim a todos, meus agradecimentos. Agradeço a Eunice, que na secretaria do mestrado, além de estar sempre disposta a esclarecer minhas dúvidas, transmitia, também, entusiasmo, com palavras de ânimo nos momentos difíceis pelos quais passei.

Quero agradecer ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; As escolas Municipais que trabalho e trabalhei Escola Municipal Deputado José de Assis, João Bez, A Lídia e Soraia, seu Hamilton, Sílvia pelo carinho e compreensão. Escola Municipal Manoel Gonçalves da Cruz a gestora Maria José Barreto, a recente escola que trabalho, Besteda Primavera, A Apostola Maria das Graças, minha discipuladora Ana Amaral, Minha amiga Ronair França, ao ex Prefeito Pedro Sahiun e a irmã Divina a vocês meu muito obrigada, que direto ou indiretamente me ajudou muito.

RESUMO

A análise da infraestrutura básica urbana cria condições para a reflexão sobre a necessidade e a importância de saneamento básico para a construção de uma cidade sustentável. O alto índice de urbanização que atualmente o mundo, o Brasil e a cidade de Anápolis, Goiás têm vivenciado deixa grandes necessidades de serviços urbanos que correspondam simultaneamente ao crescimento populacional. A cidade de Anápolis é uma cidade muito importante para o Estado de Goiás, sendo uma cidade de tamanho médio, que desenvolveu indústrias, comércios, agricultura entre outros que a faz uma cidade próspera. Tornando-se uma cidade de muita importância para o Estado de Goiás. A cidade considerada média não apenas ao aspecto populacional, e relaciona-se, segundo ela, muito mais às suas funções e, principalmente que desempenham na rede urbana regional, nacional e internacional. Os números revelam que paralelamente ao crescimento das grandes aglomerações, há também o aumento do número de cidades intermediárias e das respectivas populações. Sendo que a cidade especificamente de estudo desta dissertação é uma cidade considerada de porte médio ou intermediário. Independente do tamanho da cidade, pequena, metrópole ou média, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Como problemas de emprego, habitação, transportes, lazer, água, esgotos, educação e saúde, que são genéricos e revelam enormes carências. Este trabalho tem objetivo de analisar o crescimento populacional de Anápolis no período de 1960 a 2013 e se houve neste período o acompanhamento do abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com o crescimento da população. O presente trabalho é de caráter exploratório, com instrumentos de coleta de dados fundamentados em pesquisas bibliográficas e documentais.

Palavras-chave: População, qualidade de vida e cidades sustentáveis.

ABSTRACT

The analysis of urban basic infrastructure creates conditions for reflection on the need and the importance of sanitation for the construction of a sustainable city. The high rate of urbanization currently the world, Brazil and the city of Anapolis, Goiás have experienced leaves large urban service needs that simultaneously match the population growth. The city of Anapolis is a very important city for the State of Goiás, being a medium-sized town, which developed industries, commerce, agriculture and others that make a boomtown. Making it a city of great importance for the state of Goiás. The city considered average not only to population aspect, and relates to, she said, much to their functions and mainly they play in regional urban network, nationally and internationally. The figures show that in parallel with the growth of large cities there is also increasing the number of intermediate cities and their populations. Since the city specifically study of this dissertation is a city considered medium or intermediate size. Regardless of the size of the city, small city or average, all Brazilian cities show similar problems. As employment problems, housing, transport, leisure, water, sewage, education and health, which are generic and reveal enormous needs. This study aimed to analyze the population growth of Anapolis in the period 1960-2013 and was at this time the monitoring of water supply and sanitation in accordance with population growth. This study is exploratory, with data collection instruments based on bibliographic and documentary research.

Keywords: population, quality of life and sustainable cities.

LISTA DE SIGLAS

BAAN - Base Aérea de Anápolis

CMMAD - Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento

CPDS - Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável

CNEA - Conferência Nacional de Educação Ambiental

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis

Eco-92 - Conferência das Nações Unidas para meio ambiente e Desenvolvimento

ESG - Escola Superior de Guerra

FAB - Força aérea brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PDPA - Plano Diretor Participativo de Anápolis

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODACTA - Programa de defesa e controle de tráfego aérea

SANEAGO - Empresa de Saneamento de Goiás

SEMPGAF - Secretária Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa e Financeira

SES - Sistema de esgotamento Sanitário

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás

BNH - Banco Nacional de Habitação

SNIS - Sistema Nacional de informações sobre saneamento

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento da população urbana no Brasil entre 1872 à 2010	28
Gráfico 2 – Gráfico da população de Anápolis-Go 1960 à 2010	57
Gráfico 3 – Abastecimento de água em Domicílio em Anápolis de 1960 à 2010.....	58
Gráfico 4 – Instalações sanitárias em Anápolis de 1960 à 2010, e uma projeção de 2010	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 2 – População das regiões Metropolitanas Brasileiras-2010.....	28
Quadro 2 – Taxa de mortalidade Infantil de 1930 à 2010.....	13

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	13
1. ORIGEM e EVOLUÇÃO.....	13
1.1 Cidades após revolução industrial	18
2. ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR.....	22
2.1 Plano Diretor local.....	23
2.2 Cidade sustentável e saúde	25
3. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	27
4. CIDADE DO BRASIL: QUANTIDADE E DIVERSIDADE NA CATEGORIA DE ANÁLISE.....	31
5. INFRAESTRUTURA BÁSICA	34
6. CIDADES SUSTENTÁVEIS.....	36
6.1 O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.....	36
6.2 Cidades e sua responsabilidade no desenvolvimento Sustentável	38
7. ESTATUTO DA CIDADE.....	40
CAPÍTULO – II.....	43
1. ANÁPOLIS: ORIGEM E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	43
1.2 Origem.....	43
1.3 A chegada dos trilhos	44
1.4 Construção de Goiânia e Brasília	45
1.5 Daia.....	46
2. A GEOPOLÍTICO NO BRASIL E A PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	49
2.1 A base aérea de Anápolis e o contexto ditatorial brasileiro	50
2.2 Anápolis atualmente	52
2.3 Dinâmica demográfica e desenvolvimento de Anápolis	56
2.4 Sistema de abastecimento de água tratada de Anápolis	57
2.5 Tipo de esgotamento sanitário.....	63
2.6 Sistema de esgotamento sanitário (SES)	64
2.7 Análise crítica do sistema de abastecimento de água e esgoto da população de Anápolis	67
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado análise da infraestrutura de saneamento básico para uma cidade sustentável em estudo de caso da cidade de Anápolis Goiás, insere-se na linha de pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente do mestrado multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEvangélica, e está estruturado no histórico do processo de expansão urbana do município nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000 a 2013. Buscando analisar o processo de crescimento populacional no referido município como também se ocorreu um acompanhamento deste crescimento populacional nas infraestruturas básicas municipais.

Nesse sentido, alguns questionamentos que se constituíram na busca de direções condutoras para a compreensão da problemática proposta como: o alto grau de urbanização das cidades brasileiras e como estas cidades estão estruturadas para garantir uma qualidade básica de infraestrutura a população urbana dessas cidades. Verifica-se mais especificamente se o crescimento populacional de Anápolis Goiás e o processo de ampliação da infraestrutura de saneamento são respectivamente proporcionais.

Busca-se compreender motivos da expansão urbana de Anápolis e, como as políticas públicas têm-se posicionado em relação ao alto índice de urbanização, tudo isso nos trouxe alguns questionamentos como: o crescimento urbano de Anápolis vem acompanhado de qualidade de vida para a população? Partindo do pressuposto que saneamento básico é o básico não só para qualidade de vida, mas para própria garantia de vida. Como está a cidade de Anápolis em relação ao saneamento básico? Todos os cidadãos Anapolinos têm acesso a água e esgoto? Quais as áreas que não possuem saneamento básico? Quais as consequências do alto índice de urbanização? A infraestrutura básica de saneamento é uma condição para uma cidade ser desenvolvida e sustentável?

A cidade de Anápolis – GO surgiu com a doação de terras pelos fazendeiros da região ao patrimônio religioso, onde foi construída a capela em 1871, dois anos depois, criou-se a freguesia de Santana das Antas. Em 1887, foi elevada à categoria de vila, a qual viria a ser instalada em 1892. A vila foi elevada a cidade (Lei n° 320 de 1907), com a denominação de Anápolis, em 31 de julho de 1907, coroando de êxito o trabalho dos pioneiros Gomes de Souza Ramos e José da Silva Batista (Zeca Batista). A cidade de Anápolis tem a sua grande expansão urbana com a chegada da ferrovia a partir de 1930. A chegada da ferrovia estimulou se o desenvolvimento do comércio atraindo muitos imigrantes, como os japoneses, sírio libanês entre outros. (FREITAS, 1995).

Com a expansão da cafeicultura em São Paulo, os trilhos de ferro (Mogiana) chegaram ao Triângulo Mineiro, incentivando a exploração agrícola no seu entorno. Desse modo, os comerciantes puderam expandir os seus negócios para o sul de Goiás, financiando e organizando a produção, cujas relações de comércio seguiam duas direções: para o sudoeste, comerciando com Uberlândia e para o sudeste, com Araguari. (CASTRO, 2004, p.81).

Até o final da década de 1940, o município era composto por uma área de terras de 2.622 km². Com a emancipação de vários distritos que pertenciam a Anápolis - Nerópolis (emancipado em 1948), Ouro Verde de Goiás (1948), Brazabrantes (1958), Damolândia (1958), Nova Veneza (1958), Goianápolis (1958) e Campo Limpo de Goiás (1998 e instalado em 2001), na atualidade está área reduziu-se para 917,011 km². Hoje o município de Anápolis é integrado pelos distritos de Suzânia, Interlândia (Pau Terra), Goialândia e Joanópolis. (PLANO DIRETOR, 2005).

O objetivo desta pesquisa é analisar o crescimento populacional da cidade de Anápolis, nos período de 1960 a 2013 e se como também este crescimento vem acompanhado do mesmo índice de abastecimento de água tratada e serviço de esgotamento sanitário. A análise se estende também na importância de saneamento básico como condição para a construção de uma cidade sustentável, como direito para todos os cidadãos como nos garante as leis e os instrumentos normativos. A pesquisa pautou-se numa análise crítica de dados fornecidos pelo IBGE sobre o crescimento da população e se o abastecimento de água e esgoto é proporcional. A nossa realidade atual exige que o crescimento urbano seja acompanhado de saneamento básico para o desenvolvimento de uma cidade sustentável. Pois as pessoas moram atualmente nas cidades, temos poucos habitantes no campo.

A pesquisa foi estruturada no processo de surgimento das cidades em geral e o processo de crescimento das cidades no Brasil e especificamente na cidade de Anápolis. Essa dissertação tem caráter exploratório, pois tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias e a descoberta de intuições. Por meio da pesquisa exploratória dá se a possibilidade de analisar dados sobre o crescimento populacional e se a infraestrutura básica de Anápolis têm sido proporcionais.

Os instrumentos de coleta dos dados são de pesquisas bibliográficas e documentais, pois são usadas informações de fontes diversificadas para a realização deste trabalho como: análise de tabelas estatísticas feitas pelo IBGE nos censos de 1960 a 2013 e os próprios documentos produzidos pelo mesmo instituto acima já citado. Como também a divulgação dos resultados e comentários das possibilidades e motivos que os levaram a aquela conclusão. Foram também utilizados materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Nesta pesquisa, foram adotados autores que estudam as questões urbanas, especificamente o processo acelerado da urbanização, e a necessidade do acompanhamento do saneamento básico ao crescimento das cidades. Entre os autores estudados destacam: SANTOS (1988 e 1998), MENEZES (1996), VILLAÇA (2004), SOUZA (2002), CASTRO (2004), KINGSLEY (1972), GIDEON (1972), SPOSITO (2005), MUMFORD (1965) FRANÇA (1973), FREITAS (1995), FUSTEL DE COULANGES (1998), GALVÃO JUNIOR HARVEY (2008), HOBSBAWM (1991), LE CORBUSIER (1964), LEFEBVRE (1991), LEFF (1991), LUZ (2001), MACHADO (2006), MANFORD (1965), MARICATO (2000), MELLO (1996), MONTIBELLER F (2004), MORAIS (1965). Entre e outros que também são relevantes.

A relevância desta dissertação deve-se ao estudo do processo de urbanização e a necessidade de infraestrutura básica em que o crescimento dessas cidades precisa para dar qualidade básica de vida às pessoas que vivem na área urbana. Esse estudo se justifica por servir de instrumento para a análise do crescimento populacional de Anápolis Goiás, juntamente com o acompanhamento do saneamento básico urbano, permitindo apreender sobre a participação do poder público, e da sociedade em geral. Espera-se que os resultados dos estudos aqui propostos possam servir de parâmetro para o entendimento da necessidade de uma infra-estrutura básica adequada para todos, como condição para uma cidade sustentável.

Além da relevância acima exposta, a necessidade de saneamento básico fica explícita também no estatuto da cidade lei Número 10.257 de 10 de julho de 2001. Para muitos dos cidadãos saneamento básico não faz tanta diferença ou recebem como favores de seus governantes, mas o fato é que foi o grande índice de mortalidade infantil que aconteceu até nos anos de 1960 que motivou a valorização da existência de uma política nacional de saneamento básico, que até 1960 eram política esporádicas, de acordo com as necessidades emergenciais, ficando claro que o grande número de mortes infantis eram por conta da falta de uma política nacional de saneamento básico. Assim este trabalho busca ter um diagnóstico situacional da infraestrutura de saneamento básico no período de 1960 a 2013: Estudo de caso da cidade de Anápolis, Estado de Goiás. Espera-se que as respostas aos questionamentos sejam úteis para nortear melhores condições de vidas para os anapolinos.

Esta dissertação estará estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo discute a origem da cidade e o processo de evolução da mesma. Fazendo uma abordagem teórica sobre o conceito e a origem da cidade, este aborda o processo de urbanização do ser humano, no mundo e no Brasil. Neste mesmo capítulo apresenta uma discussão sobre o que é infraestrutura básica, sua importância na cidade que quer ter um desenvolvimento Sustentável.

O segundo capítulo mostra o processo do crescimento urbano de Anápolis, e os resultados de dados pesquisados.

CAPÍTULO I

1. ORIGEM e EVOLUÇÃO

A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam tão profundamente a civilização contemporânea, que é muitas vezes difícil pensar que em algum período da História as cidades não existiram, ou tiveram um papel insignificante. Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória. Dessa forma, entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (SPOSITO, 2004).

Munford (1965) chama atenção para esta necessidade de se voltar ao passado, ao ressaltar o seguinte:

Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura. (MUNFORD, 1965, p.11)

O período paleolítico é marcado pela não fixação do homem, pelo nomadismo. Contudo as suas primeiras manifestações de interesse em se relacionar com algum lugar são deste período, e podemos reconhecê-las por dois fatos. Primeiro, pela respeitosa atenção que o homem paleolítico dispensava aos seus mortos, preocupando-se com que eles tivessem um lugar, uma "moradia", apesar do caráter itinerante e inquieto dos vivos (SPOSITO, 2004).

Mumford (1965), chama atenção para este aspecto, ao dizer que: "... os mortos foram os primeiros a ter uma moradia permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos". A religião primitiva, cujos símbolos estavam na pedra inamovível do lar e no túmulo dos antepassados, religião que constituía a família antiga e organizara em seguida a cidade. (COULANGES, 1998, p.137).

É este mesmo autor quem aponta o segundo fato:

A relação do homem paleolítico com a caverna, embora não se constituísse uma moradia fixa para ele, era um abrigo e tinha um significado muito grande. Era o lugar de segurança, para onde ia quando estava com fome, para o acasalamento, ou para a guarda de seus instrumentos. Mais do que isso, a caverna foi o primeiro lugar

onde praticavam seus rituais e suas artes, impulsos estes que depois também serão motivo de fixação nas cidades.

A partir destes fatos, podemos entender que já durante o paleolítico a primeira "semente" para o surgimento das cidades havia sido lançada, pois os homens, embora não tivessem ainda moradia fixa, já se relacionavam com um lugar, um ponto do espaço que era ao mesmo tempo de encontro e de prática cerimonial." (MUMFORD, 1965 p.12).

Se a "semente" fora lançada durante o paleolítico, é efetivamente no período seguinte, mesolítico, que se realiza a primeira condição necessária para o surgimento das cidades: a existência de um melhor suprimento de alimentos através da domesticação dos animais, e da prática de se reproduzirem os vegetais comestíveis por meio de mudas. Isto se deu há cerca de 15 mil anos e todo esse processo foi muito lento, porque somente três ou quatro mil anos mais tarde essas práticas se sistematizaram, através do plantio e da domesticação de outras plantas com sementes, e da criação de animais em rebanhos. (SPOSITO, 2004). Destaque-se, que no neolítico já havia se realizado a primeira condição para o surgimento das cidades, qual seja a fixação do homem à terra através do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, mas faltava a concretização da segunda condição, que é uma organização social mais complexa. (Singer, 1977).

O neolítico foi, assim, marcado pela vida estável das aldeias, que se caracterizava por proporcionar condições melhores — se comparadas às da vida itinerante de antes —, para a fecundidade (a fixação permitiu mais tempo e energia para a sexualidade), a nutrição (a alimentação não dependia mais exclusivamente das atividades predatórias, mas estava garantida pela agricultura e criação) e a proteção (dando então segurança ao sustento e reprodução da vida).

Na sua configuração, a aldeia já possuía muitas das características que depois iriam marcar as cidades, pois não é o tamanho do aglomerado ou o número de casas que permite distinguir a cidade da aldeia. "Estruturalmente, a aldeia tem um nível de complexidade ainda elementar, uma vez que nela não há quase divisão de trabalho, a não ser entre o trabalho feminino e masculino, ou determinado pelas possibilidades e limites da idade e da força". (SPOSITO, 2004, P. 8 e 9).

Sabe-se que a cidade é mais que o aglomerado humano que se formou historicamente num ponto do território, cuja razão de ser era o desenvolvimento da agricultura. Mas, também, que o sedentarismo e o próprio desenvolvimento da agricultura, traços da aldeia, são pré-condições indispensáveis, mas não suficientes, para as origens das cidades. O que mais foi necessário acontecer para que as cidades existissem.

Embutida na origem da cidade há outra diferenciação, a social: ela exige uma complexa organização social só possível com a divisão do trabalho. Isto ocorreu da seguinte maneira: em primeiro lugar, o desenvolvimento na seleção de sementes e no cultivo agrícola foi, com o correr do tempo, permitindo que o agricultor produzisse mais que o necessário para sua manutenção. Começou a haver um excedente alimentar. Isto permitiu a alguns homens

livrarem-se das atividades primárias que garantiam a subsistência, passando a se dedicar a outras atividades. (SPOSITO, 2004)

A produção do excedente alimentar é, portanto, condição necessária — embora não seja a única — para que efetivamente se dê uma divisão social do trabalho, que por sua vez abre a possibilidade de se originarem cidades. E quem levanta esta questão acrescenta uma segunda condição necessária para a constituição da cidade é a criação de instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegurasse a transferência de mais-produto do campo à cidade. Isto significaria que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. Singer (1977).

Pois, de outro modo, a transferência de mais produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse. Assim, podemos dizer que a diferenciação ecológica rural x urbano, nada mais é do que a manifestação clara da divisão social do trabalho que se confunde com essa diferenciação, embora a anteceda no tempo. (SPOSITO, 2004).

Com efeito, o caçador desempenhou um papel útil na economia neolítica. Com o seu domínio das armas, com as suas habilidades na caça, protegeria a aldeia contra seus inimigos mais sérios, provavelmente os únicos: o leão, o tigre, o lobo, o aligátor. No decorrer dos séculos, a segurança pode ter feito do aldeão um homem passivo e tímido. Os aldeões acuados submetiam-se, não fosse o protetor mostrar dentes mais feios que os animais contra os quais oferecia proteção. Essa evolução natural de caçador, tornando-se chefe político, provavelmente abriu caminho para sua ulterior subida ao poder (MUMFORD, 1965, p.15).

O que pode-se destacar é que ao contrário do que se poderia supor numa primeira análise, que pressupõe que a cidade surgiu em volta do mercado, é que sua origem não está explicada essencialmente pelo aspecto econômico, mas sim pelo social e pelo político. Ou seja, a cidade na sua origem não é por excelência o lugar de produção, mas o da dominação. Esta questão é bem colocada por Singer (1977).

A constituição da cidade é ao mesmo tempo uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Ambos os aspectos do fato urbano são analiticamente separáveis, mas, na realidade, soem ser intrinsecamente interligados. A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto do espaço. Parte desta gente é constituída por soldados, que representam ponderável potência militar face à população rural esparsamente distribuída pelo território. Além de poder reunir maior número de combatentes, a cidade aumenta sua eficiência profissionalizando-os. Deste modo, a cidade proporciona à classe dominante a possibilidade de ampliar territorialmente seu domínio, até encontrar pela frente um poder armado equivalente, isto é, a esfera de dominação de outra cidade. Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar,

não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política (SPOSITO, 2004, p.17).

Para Braudel (2007) as cidades nascem da mais antiga e da mais revolucionária das divisões do trabalho: o campo de um lado, atividades urbanas de outro. Foi em torno de 5000 a.C. que surgiram, junto ao Eufrates e em outros pontos da Ásia menor, as primeiras povoações as quais se pode dar o nome de cidades. Dentre essas as mais antigas foram provavelmente: Kisch, Ur e Uruk. (CARLOS, 2007). A aprendizagem foi longa, e só no período Neolítico (cerca de 5000 a 2500 a.C.) os homens se fixaram na terra e formaram vilas sustentadas pela agricultura. Foram em torno de atividades agropecuárias que se desenvolveram as grandes civilizações orientais: a mesopotâmica (às margens dos rios Tigre e Eufrates) e a egípcia às margens do rio Nilo. (MOREIRA, 1999).

(Mesopotâmia, por volta de 3.500 a.C, Egito 3.000 a.C. China e Índia, 3000-2500 a.C) aparecem no fim do neolítico, no momento em que as técnicas e as condições sociais e naturais do trabalho permitiram aos agricultores produzir mais do que tinham necessidade para subsistir (CASTELLS, 1983, p.41).

Na antiguidade, podia-se encontrar um sem-número de cidades, basicamente comerciais. Roma estendia sua influência até o norte da África utilizando suas terras férteis como verdadeiro celeiro do império. O conjunto de ruas de Roma era deficiente, por serem elas estreitas e tortuosas. Não havia iluminação pública nem coleta de lixo, apesar do contingente populacional ali concentrado. Os aquedutos forneciam água para o uso público, inclusive para as grandes termas (nas casas não havia condições para a higiene). A rede de esgotos começou a ser implementada no século IV A.C, mas só recolhia as descargas dos edifícios públicos e das de alguns *domus*; o restante dos refugos era descarregado em poços negros, ou diretamente das janelas dos andares superiores dos *insulae*. (CARLOS, 2007).

Por meio dos contatos propiciados pelo comércio, vemos vários povos, vizinhos aos sumérios e aos egípcios, transformando aldeias em cidades. Enquanto a revolução agrícola ocorreu em grande parte de forma espontânea, a revolução urbana desenvolveu-se mais pela difusão, por meio de vários mecanismos, um dos quais o desenvolvimento da atividade comercial. (PINSKY, 2001, P.66).

A conseqüência mais marcante da queda do Império Romano, porém, foi, sem dúvida, a desarticulação da rede urbana. Na medida em que não havia mais um poder político central, as relações interurbanas enfraqueceram-se e em certas áreas desapareceram, pois caíram por terra as leis que davam proteção ao comércio em todo o Império (sobretudo da produção artesanal, inclusive mercadorias de luxo a produção alimentar não podia ser transportada a distâncias maiores), e foram suspensos os recursos para a manutenção de

estradas e portos, anteriormente construídos e conservados para dar sustentação ao poder imperial (SPOSITO, 2004).

Este processo de desagregação da rede urbana européia, diminuição de cidades e desaparecimento de outras, que se deu a partir do século V, acentuou-se sobremaneira, quando, no século VII, a expansão islâmica interrompeu o comércio dos cristãos através do Mediterrâneo. (SPOSITO, 2004, p. 22).

Com a queda do Império Romano surge o período medieval e a principal característica do modo de produção feudal em sua base econômica quase que exclusivamente agrícola. Em nível do econômico, esse modo de produção tinha sustentação em dois "pilares", a mudança do caráter dos latifúndios e a instituição da servidão (PIRENE, 1974).

As "cidades" medievais, de acordo com Mumford, (1965), tendiam à forma arredondada, eram limitadas pela muralha, marcadas por planos irregulares, cujas vias principais apontadas para o núcleo central, dificilmente chegavam até ele. O núcleo central onde se encontravam as praças abertas (usadas para os mercados eventuais) e as construções religiosas e públicas era alcançado por caminhos estreitos e tortuosos. Esta caracterização das "cidades" medievais é própria do período de nítida predominância do modo de produção feudal. (MUMFORD, 1965).

Benevolo ressalta que:

Para compreender a cidade antiga, é suficiente uma descrição completa de poucas cidades dominantes: Atenas, Roma, Constantinopla. Ao contrário, na Idade Média não existe nenhuma supercidade, mas um grande número de cidades médias, entre as quais uma dúzia nos séculos XIII e XIV alcançam mais ou menos o mesmo tamanho: dos 300 aos 600 hectares de superfície e dos 50.000 a 150.000 habitantes. (BENÉVOLO, 2007, p.31).

Nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício. Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca (LEFÉBVRE, 1969).

Para Pirene (1974), na Idade Média se poderia reconhecer a sobrevivência de dois tipos de aglomerados: as "cidades" episcopais e os burgos. As primeiras reduziam-se a centros de administração eclesiástica, com papel econômico praticamente nulo, pois o pequeno mercado de abrangência apenas local, não poderia ser considerado como manifestação de um

comércio efetivo. Tais cidades subsistiam à custa dos tributos recolhidos nos latifúndios pertencentes ao bispo e abades ali residentes. Os burgos, pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram construídos sob as ordens dos senhores ou príncipes feudais, com o objetivo de servir de refúgio a eles e seus servos, e armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo. Abrigavam também, geralmente, uma igreja. Desde a segunda metade do século X, os mercadores buscavam os burgos localizados ao longo dos caminhos e dos rios.

O reatamento com o comércio do Oriente reforçou o fluxo comercial e a procura de proteção por parte dos mercadores tornou-se tão frequente que logo algumas dessas aglomerações muradas não puderam mais contê-los, gerando uma ocupação extramuros. Daí resultou a expressão *foris-burgus*, queria dizer burgo dos arredores, ou arrabaldes. Muitas cidades surgiram nos arrabaldes das fortalezas. Assim, podemos dizer que o renascimento urbano, que marca o último período da Idade Média, teve base territorial no próprio aglomerado medieval, que não possuía caráter urbano.

A sociedade feudal era estática, com base na relação entre senhor e servo. A ampliação expressiva do comércio, o desenvolvimento de uma economia monetária que transformou o caráter da vinculação das mercadorias e o próprio crescimento das cidades — com tudo que este crescimento significava, sobretudo o fortalecimento de um espaço fora do domínio feudal — foram "acontecimentos" históricos que proporcionaram as condições necessárias à corrosão da instituição servil, pois permitiam aos camponeses o rompimento das amarras que os prendiam à economia feudal e o início da economia industrial. (SPOSITO, 2004, p.44).

1.1 Cidades após revolução industrial

Segundo CARLOS. (2007), com o desenvolvimento das indústrias, as grandes descobertas científicas e conseqüente avanço tecnológico na primeira revolução industrial, a cidade como ponto de concentração destas indústrias e de grande massa populacional atrai não só o poder econômico como político, passando a comandar espaços maiores, de acordo com seu poder. A hierarquização de espaços dá-se agora entre metrópole e colônia, com amplitude muito maior que a observada na antiguidade.

Foi a revolução industrial que realmente provocou mudanças substanciais na vida da cidade. O conhecimento adquirido com a aplicação do método científico é o fator que mais possibilitou a existência da cidade moderna. A revolução industrial modificou drasticamente a distribuição da população entre vilas e cidade (BLUMENFELD, 1977).

Benévolo exemplifica o caso parisiense na seguinte citação:

O centro da antiga cidade era cada vez mais claramente incapaz de suportar o peso de um organismo tão crescido; as ruas medievais e barrocas não eram suficientes para o trânsito, as velhas casas pareciam inadequadas face às exigências higiênicas da cidade industrial (BENÉVOLO, 1989, p. 96).

Como se constata, o adensamento da população se deu em ruas estreitas por demais, insuficientes para o escoamento do esgoto, que se dava na maioria dos casos ao ar livre, e para a circulação de pessoas e veículos tracionados por animais. No em torno das fábricas as casas eram muito pequenas, sujas, possuíam paredes comuns umas com as outras e abrigavam um número incompatível de moradores. (ENGELS, 1979).

Podemos agora discutir um pouco estes "problemas" urbanos. A falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiúra eram problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma acentuada nas cidades" (SPOSITO, 2004, p. 66).

A falta de espaço ao redor delas constituía uma séria dificuldade para a eliminação do lixo, para a ventilação, insolação e para a realização de algumas rotinas domésticas, como a lavagem e secagem de roupas. A maioria dessas residências se situava próximo das indústrias e ferrovias, fontes de fumaça, barulho e poluição dos corpos d'água que eram utilizados para o abastecimento urbano. (ENGELS, 1979). Engels descreve as características de um bairro proletariado de Manchester da seguinte forma:

[...] as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não calçadas e destituídas de canalização. Lixo, refúgios e lodo nauseante são esparsos por toda parte em enormes quantidades, no meio de poças permanentes, a atmosfera está empestada por suas exalações e turvada e poluída por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças esfarrapadas vagueia pelos arredores, sujas como os porcos que se deleitam sobre os montes de cinzas e nas poças (ENGELS apud SPOSITO, 2004, p. 57).

A falta de coleta de lixo e rede de água/esgoto, a precariedade das vias, a poluição generalizada, as moradias compactas e apertadas e outras insalubridades e problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma mais acentuada, passaram a influir nos processos urbanos. A exemplo disso cabe destacar o gradativo movimento de abandono dos centros congestionados e conseqüente migração em direção às periferias imediatas, procedido pelas classes abastadas. (SPOSITO, 2004).

De acordo com Sposito, (2004), a periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo, para abrigar os ricos emigrantes do centro. Devido à pressão e expansão urbana, essas novas áreas da cidade tornaram-se também, posteriormente, referenciais para a instalação de unidades industriais mais complexas e, inevitavelmente, para a ocupação de assalariados e recém-emigrados do campo. Como se percebe, toda a insalubridade urbana e proliferação de epidemias passaram a incomodar até mesmo as classes mais ricas.

A falta de condições sanitárias em meados do século XIX possibilitou o alastramento de um surto de cólera pela Europa. As carruagens burguesas já não podiam circular imunes pelas ruas com a lama e o cheiro que emanava dos amontoados de casas, fábricas e ferrovias, espaços onde o esgoto e o lixo constituíam uma paisagem extremamente degradada. A poluição atingiu até os bairros ricos, e a falta de água limpa era problema para todos. (SPOSITO, 2004).

Contribuiu para este crescimento das cidades, que denotava uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, o fato de que houve um abandono das formas de controle público sobre o espaço construído. O Estado não elaborava mais planos, nem regulamentos, e nem fiscalizava as formas pelas quais a cidade vinha sendo produzida. Ele próprio passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários. (ENGELS, 1979).

Os Índices de mortalidade eram altíssimos na Europa., apresenta alguns dados ilustrativos deste processo. As taxas de mortalidade na Europa Ocidental eram da ordem de 30% no começo do século XIX, e ainda de 18% em 1900 Os índices acentuam-se à medida que tomamos dados para as grandes cidades: a taxa de mortalidade em Paris era de 29,8% entre 1851 e 1855 e de 24,4% entre 1881 e 1885. Ainda há que se considerar que a mortalidade infantil era alta, e que na Inglaterra, por exemplo, na metade do século XIX, a mortalidade no meio urbano era 25% maior que no meio rural (SANTOS, 1980, p.49).

A segunda metade do século XIX foi marcada pela aprovação de leis sanitárias, implantação de redes de água e esgoto (e depois, de gás, eletricidade e telefone) e melhorias nos percursos (ruas, praças, estradas de ferro). O poder público estabeleceu regulamentos e executou obras: a administração passou a gerir/planejar os espaços urbanos (BENEVOLO, 2007).

As sociedades modernas a partir do processo de revolução industrial no século XVIII, abrangendo todos os continentes nos séculos XIX e XX, têm empreendido uma intervenção intensa e acelerada sobre a natureza, modificando constantemente o meio e suas paisagens. O processo de urbanização inerente à dinâmica industrial é um relevante fator de intervenção e degradação do meio. As paisagens são alteradas, criadas e recriadas no ritmo da expansão urbana. A cidade, o urbano tem se tornado na modernidade, o espaço por excelência das interações e das experiências humanas.

Em relação às paisagens urbanas que são resultantes de uma intensa apropriação antrópica, a vertente ambiental surge como o grande desafio das modernas sociedades, visto que está diretamente relacionada com a qualidade de vida de suas populações. Elucidando a

problemática, assim se expressa Mello, (1996): Ao associar as transformações na paisagem em decorrência de seu uso urbano e comprometimento ambiental, tornam-se visíveis elementos como a localização das diferentes parcelas sociais, as áreas de vegetação naturais e o atual índice de verde/habitante, os tipos de solo e os usos urbanos; as condições geomorfológicas, a declividade e a erosão presente em determinados ambientes; a identificação das áreas frágeis e de risco; a contaminação das águas, as condições de salubridades dos ambientes e das populações, a precariedade das condições de habitabilidade, de esgotamento sanitário, da coleta de lixo, e como constituinte da qualidade de vida urbana (MELLO, 1996).

A paisagem urbana apresenta uma complexidade de elementos a serem analisados. Há uma rede de interatividade entre o homem e todos seus componentes. Portanto, desvelar o significado do arranjo espacial produzido no espaço urbano, requer um esforço, um hábito constante de observação e indagação. (SANTOS, 1994). O geógrafo Milton Santos analisa as transformações da paisagem urbana numa dinâmica funcional:

As mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Ao passarmos numa grande avenida, de dia ou à noite, contemplamos paisagens diferentes, graças ao seu movimento funcional. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. Dentro da cidade e em razão da divisão territorial do trabalho, também há paisagens funcionalmente distintas. A sociedade urbana é uma, mas se dá segundo formas-lugares diferentes. (SANTOS, 1994, p.69).

A degradação urbana no século XIX foi tão grave que houve a necessidade de se planejar a expansão da cidade, a fim de criar um ambiente mais confortável e saudável, que melhorasse a qualidade de vida e permitisse o pleno desenvolvimento das forças econômicas. As pesquisas e projetos nessa área se avolumaram e constituíram uma área de estudo, o urbanismo. O urbanismo ganhou impulso com os trabalhos da escola de Bauhaus, fundada em 1919 em Weimar, na Alemanha, e com as propostas do arquiteto Francês Le Corbusier (1887-1965), que difundiram o conceito de “cidade funcional”. A preocupação em definir regras para a ocupação urbana foi a origem das leis de zoneamento, que demarcam as áreas regionais, comerciais, industriais. A Cidade de Brasília é o exemplo mais completo e bem acabado desse tipo de planejamento, que também foi adotado na implantação de cidades dos Estados Unidos, França, Inglaterra, Israel e Japão (MOREIRA, 1999).

2. ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR

Formalmente, o plano diretor é uma lei municipal obrigatória para os municípios com cidade de população superior a 20.000 habitantes e que deve ser o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, a qual tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento e expansão social da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (Constituição Federal, artigo 182).

Para que se operacionalize uma Política Pública, é necessário que exista uma estratégia e uma estrutura organizacional, que muitas vezes não é vista ou compreendida por todos os atores que participam. De acordo com a cartilha “Vamos mudar nossas cidades” existem uma série de etapas e atores envolvidos no planejamento, desenvolvimento e implantação de um Plano Diretor, que é o instrumento de operacionalização do Estatuto da Cidade. O documento afirma que:

O plano Diretor põe o Estatuto da cidade em prática, organiza o crescimento e o funcionamento da cidade. Ele diz qual o destino de cada parte da cidade. Sem esquecer, claro, que essas partes foram um todo. O estatuto dá regras gerais para o planejamento de todas as cidades. O Plano Diretor diz quais regras serão usadas em cada município. (BOCCHINNI, 2006, p. 6).

O Plano Diretor é uma lei Municipal criada com a participação de toda a sociedade. Ele deve ser aprovado na Câmara Municipal. O Plano diretor tem etapas a ser seguida: Primeiro identificar bem a realidade da cidade e seus problemas, segundo escolher os temas e objetivos a serem trabalhados, terceiro escrever a proposta do Plano Diretor, quarto enviar a proposta para a Câmara Municipal, para os vereadores discutirem e aprovarem, quinto estabelecer prazos e maneiras de colocar o Plano Diretor em prática. E sexto e última etapa revisar o Plano Diretor. A cidade sofre mudanças difíceis de prever. É a lei que orienta seu destino precisa acompanhar essas mudanças, por isso o Plano Diretor deve ser revisto pelo menos a cada dez anos (BOCCHINNI, 2006).

O Plano Diretor é um instrumento de participação na construção de uma cidade sustentável de acordo com a Constituição Federal e tornou obrigatória a elaboração de planos diretores para cidades com mais de vinte e mil habitantes, impondo ao Poder Público o dever de planejar com fins de atingir a sustentabilidade. Mas além de Planejar, esse planejamento urbano proposto pela lei pressupõe a participação da comunidade, não mais se viabiliza um plano meramente burocrático e fechado nas salas da administração pública. (BOCCHINNI, 2006).

O estatuto da cidade inseriu um capítulo sobre gestão democrática das cidades impondo em todas as fases do planejamento a participação por meio de audiências públicas em que a sociedade civil organizada sejam chamada para opinar, sugerir e formular políticas públicas urbanas. No município os instrumentos de democracia participativa são canais para implementação da diversidade de vozes das pessoas, ONGS, movimentos sociais, nos procedimentos de tomada de decisão, principalmente no que concerne a qualidade de vida (MACHADO, 2006). Se o estatuto da cidade é uma “caixa de ferramentas” à disposição dos municípios, a “chave” para abri-la, na metáfora de Raquel Rolnik, é o plano diretor ROLNIK, (1997).

2.1 Plano Diretor local

Dos instrumentos da política urbana o Plano Diretor Participativo, por iniciativa do governo da cidade de Anápolis, é um projeto que atende ao Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de julho de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelece parâmetros e diretrizes da política urbana do Brasil. Enfatiza a necessidade da elaboração e aprovação de um plano diretor segundo processos democráticos e participativos, cujas propostas sejam acordadas pelos diversos setores da sociedade que devem acompanhar sua implementação. Embora enfatiza, mas enfatizar não significa realizar

E como coloca Cavalcanti (2001):

O grande desafio do desenvolvimento sustentável deve ser enfrentado por políticas inteligentes, políticas que possam levar a uma melhoria real das condições de vida das pessoas, sem perturbar funções ecossistêmicas essenciais. Cavalcanti (2001. p.25).

Em Anápolis de acordo com o plano diretor atual foram constituídos planos diretores em 1968, 1985 e 1992. Estes planos não conseguiram atingir o objetivo, em função da falta de uma estrutura do município para operacionalizá-los. O presente diagnóstico do Plano Diretor é elaborado com o propósito de servir de roteiro básico para as políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento equilibrado e sustentado do município de Anápolis. (PLANO DIRETOR DE ANÁPOLIS,2006).

O texto do atual plano diretor de Anápolis foi estruturado em quatro partes. Na primeira parte estão as informações gerais sobre o município (localização, economia, população), na segunda foram contempladas as informações acerca do acesso à terra urbanizada (com destaque para itens como a função social da propriedade, o zoneamento e o controle do uso e ocupação do solo); na terceira estão informações acerca do acesso aos serviços e equipamentos (habitação, saneamento e transporte e mobilidade) e na quarta foram

apresentadas as informações sobre a gestão e a participação democrática na elaboração e na implantação do Plano Diretor Participativo de Anápolis. (PLANO DIRETOR DE ANÁPOLIS, 2006).

O Plano Diretor Participativo de acordo com o estatuto da cidade busca construir outro modo de organizar a produção e o território, integrando as políticas públicas da cidade com as urbanas e ambientais de modo compatível para que se possa garantir o desenvolvimento sustentável da cidade. O Plano Diretor Participativo tem a finalidade de resgatar, através de propostas possíveis e viáveis, o sentido do desenvolvimento da cidade a fim de criar oportunidades de se construir a cidadania na sua forma mais abrangente e dinâmica (PLANO DIRETOR DE ANÁPOLIS, 2006).

O Plano Diretor de Anápolis abarcou a maioria dos elementos e instrumentos previstos no Estatuto das Cidades. Entretanto, há uma nítida diferença entre citar os problemas urbanos existentes e demonstrar a profundidade e complexidade destes problemas que ocorrem na cidade e como esses tais aspectos foram tratados durante a fase de elaboração do diagnóstico que embasou a elaboração do plano diretor.

Nesse aspecto é notório o fato de que muitos problemas considerados graves no município (como a falta de habitação, a erosão do solo, a drenagem urbana, o trânsito, água e esgoto e transporte público) não receberam indicações concretas por parte da lei, tendo sido remetidos à elaboração de programas, projetos, planos futuros, sem indicação de prazos a serem cumpridos.

De acordo com a estimativa da SANEAGO que é uma empresa que tem a concessão da cidade de oferecer os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O esgotamento da cidade apresenta um índice relativamente baixo, somente 48% da população têm acesso a este benefício. (SANEAGO, 2001).

Quanto à participação popular nas decisões relativas aos problemas da cidade, verificou-se que ficaram limitadas, praticamente, à fase de elaboração do diagnóstico; uma vez que a participação dos representantes de trabalhadores (por meio de seus sindicatos), das associações de moradores e das entidades públicas de ensino em pesquisa nas decisões desses conselhos é mínima. Por outro lado, os empresários dos diversos setores da economia têm expressiva representação.

O que estabelece uma forma diferenciada de gestão que procura articular o local ao regional e nacional, no que tange às estratégias e planos que atendam à sociedade. Trata-se de um processo lento, ainda em construção, que precisa alcançar de forma mais eficiente a população local, pois é a participação ampla e democrática de todos que legitima a ação do Estado e garante a eficiência dos planos e projetos elaborados. (CARLOS, 2004).

No estatuto da cidade que fala do Plano Diretor no Art. 39 deixa bem claro sobre a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. Segundo desta Lei. Art. 40. O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico. O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

De acordo a lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Dos princípios fundamentais, Art. primeiro desta lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Art. segundo os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base no seguinte princípio fundamental: I - universalização do acesso.

É necessário destacar que o Brasil vive um momento importante para os Serviços Públicos de Saneamento Básico. O tema ganha destaque com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que responde por investimentos importantes para as áreas de habitação e saneamento básico. Os principais objetivos do PAC com saneamento é: Universalização dos serviços (principal diretriz da Lei 11.445/2007) e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão dos agentes que atuam no setor, envolvendo governos estaduais e municipais, prestadores de serviço, indústria, agentes financeiros, e a sociedade por meio de suas organizações e dos canais de participação. Outra importante iniciativa, também orientada pela Lei 11.445/2007, é a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, eixo central da atuação do Governo Federal, responsável pela definição de programas, ações e estratégia de investimentos.

2.2 Cidade sustentável e saúde

Até em 1980 a preocupação das grandes organizações governamentais e dos pesquisadores era com a vida e saúde da população rural, isso especificamente nos países desenvolvidos, por até então as cidades conseguiam ainda manter um pouco de qualidade de vida da população urbana. Entretanto a partir de 1980 esse quadro populacional das cidades modificou se as cidades do mundo passam por um grande processo de urbanização. Atualmente mais da metade da população mundial moram na cidade. Tendo um impacto muito grande na saúde da população urbana. A poluição e a falta de saneamento básico nas

idades deixaram de assegurar uma boa qualidade de vida e tornaram-se ambientes insalubres (ROSSI-ESPAGNET et ai., 1991).

Temos então a proposta de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS) que vem sendo incorporada cada vez mais à chamada "nova agenda da Saúde Pública". Segundo (OMS) grande parte de todas as doenças que se alastram nos países em desenvolvimento são provenientes da água de má qualidade através da ingestão direta; na ingestão de alimentos; pelo seu uso na higiene pessoal e no lazer; na agricultura; na indústria.

Alguns sintomas que a ingestão de água de má qualidade pode causar no ser humano que faz o uso dessa água contaminada: diarreias e disenterias; cólera; giardíase; amebíase; ascaridíase (lombriga). Infecções na pele e nos olhos, comotracoma e o tifo relacionado com piolhos e aescabiose. malária; febre amarela; dengue; filariose (elefantíase) (Barros, 1995).

3. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil, até a metade do século passado, era um país eminentemente agrário. A cidade de São Paulo, por exemplo, em meados do século XIX, não passava de uma pequena cidade provinciana, sendo suplantada por cidades como Recife e Belém. No ano de 1900, menos de 10% da população brasileira morava em áreas urbanas e apenas quatro cidades brasileiras possuíam mais que 100 mil habitantes: Rio de Janeiro, com 691 mil habitantes, São Paulo (que graças à cafeicultura já era a segunda maior cidade brasileira), com 239 mil habitantes, Salvador, com 205 mil habitantes e Recife, com 113 mil habitantes (SANTOS 1998).

De modo geral, porém, é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e “a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana” (R. BASTIDE, 1978, p.56).

Com o advento da II Guerra Mundial, ocorreu uma interrupção do comércio mundial por um longo período de tempo, devido aos acordos e decisões que envolviam vários países. O grande investimento inicial deste ciclo foi o financiamento da Indústria, leve substitutiva de importações pela agricultura produtora de exportações e serviços conexos. A importação de bens de consumo passava a ser mais controlada ocorrendo maior facilidade na importação de equipamentos necessários a industrialização desses bens, o que impulsionou o desenvolvimento industrial em algumas áreas do país (TOLMASQUIM, 1991).

Com o processo de industrialização, que se inicia efetivamente em meados do século XX, concentrado no Sudeste, a urbanização se intensifica e, já na década de 1960, a população passa a ser majoritariamente urbana e São Paulo transforma-se na maior metrópole brasileira. A partir de 1970, o processo de urbanização alcançava novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos de 1950, teve-se primeiro, uma urbanização aglomerada, com aumento do número e da população respectiva dos núcleos com mais de vinte mil habitantes. Em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes) IBGE (2010). Podemos ver claramente o crescimento populacional das cidades brasileiras no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 – Crescimento da população urbana no Brasil entre 1872 à 2010

Nas últimas seis décadas do século XX, o Brasil passou por um processo acelerado de urbanização, com a população das cidades multiplicando-se por mais de dez e atingindo a marca de 81% da população brasileira no ano 2000, um índice superior ao dos países desenvolvidos como Itália (67%), França (76%) e Estados Unidos (77%). Esse processo de urbanização é descrito por SANTOS (1998, p. 69) da seguinte maneira:

O processo de metropolização é uma característica marcante da urbanização brasileira. Atualmente cerca de 69 milhões de brasileiros, aproximadamente a metade da população urbana brasileira, vive em regiões metropolitanas (Quadro 1).

Quadro 1 – População das Regiões Metropolitanas Brasileiras – 2010

Regiões Metropolitanas 2010	Estado	População 2000	Posição 2000*	População 2010	Posição em 2010
São Paulo	SP	17.878.703	1	19.672.582	1
Rio de Janeiro	RJ	10.792.518	2	11.711.233	2
Belo Horizonte	MG	4.819.288	3	5.413.627	3
Porto Alegre	RS	3.718.778	4	3.960.068	4
Recife	PE	3.337.565	5	3.688.428	5
Fortaleza	CE	3.056.769	7	3.610.379	6

Salvador	BA	3.120.303	6	3.574.804	7
Curitiba	PR	2.768.394	8	3.168.980	8
Campinas	SP	2.338.148	9	2.798.477	9
Manaus	AM	1.725.536	12	2.210.825	10
Goiânia	GO	1.743.297	11	2.173.006	11
Belém	PA	1.795.536	10	2.040.843	12
Grande Vitória	ES	1.438.596	14	1.685.384	13
Baixada Santista	SP	1.476.820	13	1.663.082	14
Natal	RN	1.116.147	15	1.340.115	15
Grande São Luís	MA	1.091.979	16	1.327.881	16
João Pessoa	PB	1.019.646	17	1.198.675	17
Maceió	AL	989.182	18	1.156.278	18
Norte/Nordeste Catarinense	SC	906.982	19	1.094.570	19
Florianópolis	SC	816.315	20	1.012.831	20
Aracaju	SE	675.667	23	835.654	21
Vale do Rio Cuiabá	MT	726.220	21	834.060	22
Londrina	PR	678.032	22	764.258	23
Vale do Itajaí	SC	558.165	26	689.909	24
Campina Grande	PB	636.315	24	687.135	25
Vale do Aço	MG	563.073	25	615.004	26
Maringá	PR	517.490	28	612.617	27
Agreste	AL	556.602	27	601.251	28
Cariri	CE	497.782	29	564.557	29
Carbonífera	SC	484.916	30	550.243	30
Foz do Rio Itajaí	SC	375.589	31	532.830	31
Macapá	AP	363.747	32	499.116	32

Chapecó	SC	353.765	33	403.458	33
Tubarão	SC	324.591	36	356.790	34
Lages	SC	348.835	34	350.607	35
Sudoeste Maranhense	MA	325.229	35	345.878	36

* Calculado a partir da mesma base territorial das RMs em 2010, apesar de algumas RMs não existirem em 2000 e outras terem composição diferente da atual.

Fonte: EMPLASA / IBGE – Censo 2010.

Segundo a etimologia, metrópole significa cidade mãe, a maioria das pessoas usam-na como sinônimo de grande cidade. Mas em geografia a palavra tem significado preciso e só deve ser aplicado a grandes cidades, dotadas das seguintes características específicas: Um crescimento que expande a cidade, prolongando-a fora de seu perímetro, e absorve aglomerados rurais e outras cidades, a existência de um centro histórico onde se concentra atividades de serviços e a partir do qual surgem sub-centros; a dicotomia entre a existência da cidade enquanto espaço edificado e a estrutura político administrativa. Fluxos de circulação de veículos com dois picos de maior intensidade, normalmente no período da manhã e no final da tarde, formando o chamado fluxo pendular, atravessando mais de uma cidade (ROSS, 2001).

Todavia, mas uma vez, os números revelam que paralelamente ao crescimento das grandes aglomerações, há também o aumento do número de cidades intermediárias e das respectivas populações. Sendo que a cidade especificamente de estudo desta dissertação é uma cidade considerada de porte médio ou intermediário. Com diferença de grau de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tipo de atividade, região em problemas como os de emprego, habitação, transportes, lazer, água, esgotos, educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências.

4. CIDADE DO BRASIL: QUANTIDADE E DIVERSIDADE NA CATEGORIA DE ANÁLISE

A definição apresentada pelo IBGE (2000) oferece apoio estabelecendo como critério o número populacional, sendo de até 100 mil habitantes, cidade pequena; de 100 a 500 mil, média; e mais de 500 mil, grande. (IBGE, 2000).

Como a cidade média toma-se o entendimento do Corrêa (2007) que define como “(...) um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano. (...) Contextualizada geograficamente”. (Corrêa, 2007, p.25).

Num país com dimensões continentais, e heterogeneidade em relação à sua formação urbana e distinta dinâmica regional, impõem-se alguns cuidados para o pesquisador, pois “os municípios brasileiros, bem como suas sedes, variam ao extremo quanto a conteúdo, dimensões, população, etc.” E a adoção de critérios rígidos podem conduzir a generalização. (GEIGER, 1963)

Como aponta Souza, (2003) toda cidade é do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade de maior ou menor nível de acordo com os bens e serviços que ela oferta e a faz atrair consumidores. Quanto à definição do que é pequena, média ou grande cidade, cada país apresenta sua interpretação ou interpretações.

Entendemos que a qualificação ou não de cidades, deva ir além do número de habitantes e, que esse critério não deve engessar as discussões e análises. Tal critério apresenta-se como um caminho, entretanto, a vida de relações presente na localidade é quem deve definir seu contexto urbano ou rural. A maneira como a população emprega seu tempo nas atividades realizadas e como suas práticas cotidianas são preenchidas por hábitos urbanos, valores urbanos vinculados, geralmente ao consumo de mercadorias industrializadas.

[...] a célula-máter que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento sócio-econômico de seus habitantes. Porém, cada uma dessas cidades constitui um caso específico quando se leva em conta sua função principal. (SANTOS, 1981, p. 15) IMPLASA / IBGE – Censo 2000.

Dentre os fatores classificatórios das cidades médias, Anápolis apresenta peculiaridades favoráveis ao *status* de centro de comando regional. A cidade está localizada no Planalto Central, com uma estimativa de 325.544 habitantes (IBGE, 2007). Anápolis se enquadra no conceito de cidades médias, como é descrito por Nunes:

[...] sua capacidade de absorção de investimentos também é relevante, uma vez que consideramos as cidades médias núcleos urbanos capazes de produzir dinamismo, e para que haja esse dinamismo é necessário investimentos de capitais em diferentes setores. Assim sendo, as cidades médias seria um atrativo maior aos investidores em relação às cidades ao seu redor; o que reafirmaria seu destaque regional (NUNES, 2005, p.5).

Em linhas gerais o planejamento pode ser entendido como sendo um processo de trabalho permanente, que tem por objetivo final a organização sistemática de meios a serem utilizados para atingir uma meta, que contribuirá para a melhoria de uma determinada situação, no caso especificamente aqui estudado aplica-se essa melhoria às cidades. Essas reflexões a cerca do papel do planejamento ganha um escopo maior a partir da década de 1970, adentrando pela década de 1980, tendo o intuito de “desmascarar” a verdadeira função do planejamento, entendido que através do intervencionismo e o regulacionismo estatal tinha, segundo vários autores, principalmente de orientações marxistas, o intuito tentar manter a cidade às necessidades do capitalismo, ou seja, manter condições favoráveis, seja a longo ou em médio prazo, o *status quo* capitalista. (FERRARI, 2002).

Valorizando o papel de diferentes atores e suas práticas no espaço urbano, no começo dos anos 1970, Henri Lefebvre com *O direito à Cidade (1968)*, *Revolução Urbana (1970)* e *O pensamento marxista e a cidade (1972)*, Manuel Castells com *A questão Urbana* e David Harvey com *A Justiça social e a cidade*, proporcionam uma renovação significativa no debate crítico da pesquisa urbana. Criticando duramente a concepção de cidade desenvolvida pelo pensamento modernista, o elemento “produção social” foi fundamental nas análises dos autores, principalmente Harvey e Castells, que discutiram a cidade de forma menos mecanicista e mais orgânica.

Esse processo desenvolve-se num meio espacial estruturado, criado pelo homem. A cidade pode, por isso, ser olhada como um ambiente tangível construído, um ambiente que é um produto social. Ela é construída com uma tecnologia dada e elaborada no contexto de um dado modo de produção. O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividades, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante. (HARVEY, 2004).

É nesse âmbito e utilizando-se dos elementos e aspectos emblemáticos, ordem, racionalidade e função, do urbanismo e arquitetura modernistas, é que a base da crítica marxista, nos anos 1970 e 1980, tomaram forma e força. Especificamente no Brasil, seguindo a tendência do pensamento europeu, tanto nos anos 1970 quanto nos 1980, as obras de Castells e Harvey foram base para formulação do discurso e das análises críticas em torno do entendimento do tema. Talvez, devido a Ditadura Militar, implantada no País, entre os anos

de 1964-1985, muitos intelectuais, de maneira contundente, durante as décadas de 1970 e 1980, promoveram duras críticas quanto à manutenção e validade dessa empreitada, caracterizando-a como centralizadora e estatizante, entronizando-a como tecnocrata e limitante. (MARICATO, 2000).

Algumas vezes, distorções e excessos na análise do que viria ser planejamento, remetendo-o a uma categoria de atividade maléfica e autoritária com resultados desanimadores, foram comuns no meio acadêmico brasileiro e em setores ao qual foi proposto. “A importação dos padrões do chamado ‘primeiro mundo’, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente”. (MARICATO, 2000).

5. INFRAESTRUTURA BÁSICA

O acesso aos serviços de saneamento básico é condição fundamental para a sobrevivência e dignidade humana. O déficit em saneamento básico traz consequências graves em termos de saúde pública, meio ambiente e cidadania (HALLER, 2004; TEIXEIRA; PUNGIRUM, 2005).

De acordo com o relatório mundial de saúde da OMS, estima-se que em 2007 existiam cerca de 1,1 bilhões de pessoas sem acesso à água segura e 2,6 bilhões sem saneamento adequado (OMS, 2007). Isso contribui diariamente para a morte de 4.500 crianças no mundo devido a doenças relacionadas com a falta de saneamento, que seriam perfeitamente evitáveis, como a diarreia (OMS, 2007).

No Brasil, o déficit do setor de saneamento básico é elevado, sobretudo no que se refere ao esgotamento sanitário, com maior carência nas áreas periféricas dos centros urbanos e nas zonas rurais, onde se concentra a população mais pobre. Diversos são os fatores responsáveis pelo déficit dos serviços de água e esgoto no país. Dentre eles, podem ser mencionadas a fragmentação de políticas públicas e a carência de instrumentos de regulamentação e regulação e insuficiência e má aplicação de recursos públicos. De fato, desde o final dos anos 1980, com a extinção do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), o país não dispõe de política setorial consistente, apesar dos esforços do Governo Federal mediante a criação do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Saneamento a partir de 2003. (NASCIMENTO, 2005).

O principal impasse para o estabelecimento dessa política deve-se à interpretação da Constituição Federal quanto à titularidade dos serviços nos sistemas integrados e nas regiões metropolitanas, cuja decisão encontra-se sob análise do Supremo Tribunal Federal. Somente no início de 2007 foi promulgada a lei no 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A lei definiu instrumentos e regras para o planejamento, a fiscalização, a prestação e a regulação dos serviços, tendo sido estabelecido o controle social sobre todas essas funções. Essa regulação deve ser realizada com independência, definida como autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora, além de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões. (NASCIMENTO, 2005).

Na busca pela universalização, a regulação pode exercer vários papéis. Um deles é fazer cumprir, por meio das políticas regulatórias, as macrodefinições estabelecidas nas políticas públicas setoriais decididas no âmbito dos poderes executivo e legislativo. Outro papel seria desenvolver mecanismos que incentivem a eficiência das empresas prestadoras de serviço, pois, desse modo, mais recursos poderão ser canalizados para a expansão da

infraestrutura. Além disso, a regulação proporciona um ambiente mais estável para realização de investimentos públicos e privados no setor. Outro aspecto relevante na discussão sobre regulação e universalização dos serviços de água e esgoto é a escassez de pesquisas na área institucional, fundamental como contribuição para a solução dos problemas do déficit de atendimento. (GALVÃO JUNIOR; PAGANINI, 2006).

A lacuna no campo do conhecimento das questões institucionais é evidente, até porque a regulação esteve ausente da pauta da agenda setorial nas três últimas décadas. Efetivamente, no campo da pesquisa acerca do saneamento básico, somente as questões tecnológicas têm ocupado espaço com muitos avanços ocorridos particularmente nas áreas de tratamento de água e de esgotos. Essa discussão, quando realizada de forma comparativa a outros setores de infraestrutura de redes mais maduros institucionalmente do que o setor de saneamento básico, facilita a compreensão dos desafios impostos a esse setor. 445 (GALVÃO JUNIOR; TUROLLA; PAGANINI, 2008).

Inicialmente, a regulação da prestação de serviços públicos por meio de comissões foi discutida no âmbito das propostas para elaboração do *Código das Águas* nos anos 1930. Com o advento do Estado Novo e as subseqüentes políticas desenvolvimentistas dos anos 1950 a 1970, a provisão da infraestrutura ocorreu de forma direta pelo Estado, limitando a regulação, em geral, à expedição de normas e regulamentos pelo poder executivo, apesar dos avanços regulatórios no setor de energia elétrica. Esse modelo de regulação, no qual a propriedade estatal era a principal característica, vigorou no país até o final dos anos 1980. (GALVÃO JUNIOR; PAGANINI, 2006).

Apenas em meados dos anos 1990, com os processos de privatização das áreas de energia e telefonia, a regulação, modelada no formato de agências reguladoras, foi efetivamente implantada no país. Naqueles setores onde a maior parte das concessões da prestação dos serviços permaneceu com empresas estatais, como o saneamento básico, a regulação alcançou até 2006 somente 13% das concessões do país (GALVÃO JUNIOR; PAGANINI, 2006). A implantação da regulação no setor de água e esgoto apresenta enormes desafios. Não obstante o déficit de infraestrutura há falta de capacidade político administrativa dos entes federados, sobretudo dos municípios, para se prover regulação nos termos da lei nº 11.445 (GALVÃO JUNIOR; TUROLLA; PAGANINI, 2008).

6. CIDADES SUSTENTÁVEIS

6.1 O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é um novo paradigma, na concepção kuhniana de padrão normativo, referência comum entre os autores que se dedicam ao estudo da inter-relação entre sociedade e meio ambiente (MONTIBELLER, 2004). O termo foi introduzido por Maurice Strong, secretário-geral da Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972 e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974. Consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético (GODARD, 1991; RAYNAUT; ZANONI, citado por MONTIBELLER, 2004).

Para Sachs (1981, p. 47 citado por MONTIBELLER, 2004) eco desenvolvimento significa:

Desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.

Com o tempo, a expressão foi substituída, com algumas diferenças, pelo termo desenvolvimento sustentável pelo movimento ambientalista e foi utilizado primeiramente em 1986, na Conferência Mundial da União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), em Ottawa, Canadá. Desde então, desenvolvimento sustentável passou a ser adotado como expressão oficial nos documentos emanados de organizações como a Organizações das Nações Unidas (ONU) e o *Worldwide Fund for Nature* (WWF). Duas outras razões fortaleceram esse conceito. A primeira é que, por ser uma expressão mais neutra axiologicamente, pode ser incorporada tanto em propostas liberais como de esquerda. A segunda é que, por exprimir uma economia maior com o funcionamento dos ecossistemas naturais, tornou-se atrativa para os ambientalistas (CASTRO, 2004).

O conceito de desenvolvimento sustentável e equitativo fora, então, colocado como um novo paradigma, estabelecendo como princípios: i) integrar conservação da natureza e desenvolvimento; ii) satisfazer as necessidades humanas fundamentais; iii) perseguir equidade e justiça social; iv) buscar autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; v) manter a integridade ecológica. Em 1987, a divulgação do Relatório *Brundtland* intitulado "*Nosso Futuro Comum*", pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, popularizou o termo desenvolvimento sustentável,

tornando sua definição a mais aceita até hoje e a que mais aproxima do consenso oficial. (SACHS, 1981)

“Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”. Contém dois conceitos-chave: o de necessidades, sobretudo as essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção de limites – limitações impostas pelo estágio da tecnologia e da organização social. Ainda de acordo com o relatório, o desenvolvimento sustentável requer o atendimento às necessidades básicas de todos, dando a todos a oportunidade de realizar suas aspirações a uma vida melhor.(BRUNDTLAND,1987, p. 54).

Examinando os detalhes desta definição, observa-se o seguinte:

É desenvolvimento porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo, pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo processo que leva à de culturação. É sustentável porque deve responder à equidade intrageracional e à intergeracional. (MONTIBELLER, 2004, p. 50).

Esse relatório parte de uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando que um progresso econômico e social cada vez maior não poderá basear-se na exploração indiscriminada e devastadora da natureza. Ou seja, uma das premissas fundamentais da noção de desenvolvimento sustentável é o reconhecimento da insustentabilidade ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas (BECKER et al., 2002).

Segundo Cavalcanti (2001), a noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com respeito à capacidade de suporte do meio ambiente. A tríade pensada por esse autor, justiça-equilíbrio-respeito está diretamente contido no texto da Agenda 21:

O princípio do desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento urbano, pelo qual as pessoas humanas são o centro das preocupações e tem o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, conforme dispõe o princípio 1 da Declaração do Rio (AGENDA 21, 2001a.p.45).

Nessa trajetória, é possível comungar as idéias de Cavalcanti (2001) com os ideários presentes no documento referenciado acima. Os principais temas que estão relacionados com a sustentabilidade urbana são os resíduos sólidos e efluentes, transporte, planejamento e uso do solo, acesso aos serviços de saneamento e infra-estrutura básica.

6.2 Cidades e sua responsabilidade no desenvolvimento Sustentável

Se grande parte dos problemas ambientais globais têm origem nas cidades e/ou nos seus modos de vida, dificilmente se poderá atingir a sustentabilidade ao nível global sem se tornar as cidades sustentáveis. É nas cidades que a dimensão social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável converge mais intensamente (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

Assim, torna-se necessário que as cidades sejam pensadas, geridas e planejadas de acordo com um modelo de desenvolvimento sustentável. Para efeitos da presente dissertação, entende-se como desenvolvimento sustentável o desenvolvimento que permite suprir as necessidades do presente, sem comprometer a resposta às necessidades das gerações futuras, através da integração da componente ambiental, social e econômica, tal como preconizado no relatório de *Brundtland* em 1987, mas ainda aquele que reconhece, de acordo com um modelo de sustentabilidade forte: (JOHNSON, 2006).

- A capacidade de carga, disponibilidade e de resiliência dos ecossistemas;
- A componente institucional;
- Que a atividade econômica só existe no contexto da sociedade;
- Aspectos importantes da sociedade não envolvem atividade econômica;
- A atividade econômica e a sociedade humana encontram-se condicionadas pelos sistemas naturais, não permitindo a diminuição do *stock* de capital natural.

Na cidade podem-se considerar várias dimensões da sustentabilidade (JOHNSON, 2006);

- **Capital natural:** uso do solo; biodiversidade; ar; recursos hídricos, efluentes líquidos, resíduos sólidos, solo e energia;
- **Capital humano e intelectual:** saúde, educação, investigação e pesquisa, serviços técnicos;
- **Capital de produção:** receitas, emprego, equidade e justiça social, habitação, infra-estruturas, finanças, investimento, crescimento;
- **Capital social:** governância, participação, responsabilidade, qualificação, redes para a capacitação e comunicação, cultura.

CIDADES SUSTENTÁVEIS: O Contexto Europeu para além dos critérios apresentados o conceito de cidade sustentável deve assentar princípios base (GPAU, 1996):

- **Princípio da integração política:** princípio relacionado com a coordenação e integração assentes no princípio da subsidiariedade e da responsabilidade partilhada,

abrangendo a integração ao nível vertical, com vista à obtenção de maior coerência de política e ação horizontal de forma a realizar as sinergias das dimensões da sustentabilidade;

- **Princípio da reflexão ecossistêmica:** princípio assente na compreensão da cidade como sistema complexo, caracterizado por processos contínuos de transformação e desenvolvimento;

- **Princípio de cooperação e parceria:** princípio assente na visão da sustentabilidade como um processo de responsabilidade partilhada, na cooperação e parceria entre diferentes níveis, organizações e interesses, como elementos essenciais da ação em prol do desenvolvimento sustentável;

- **Princípio da gestão urbana:** princípio relacionado com uma gestão urbana no planeamento e utilização de instrumentos adequados, tendo em vista a integração, por forma a tornar o processo de formulação de políticas urbanas sustentáveis mais vasto, poderoso e ambicioso. Nomeadamente em relação a este princípio, salienta-se os princípios independentes e mutuamente reforçadores em que se deve basear sustentabilidade em todas as dimensões do desenvolvimento urbano; equidade no acesso ao processo de tomada de decisão e às necessidades básicas da vida urbana; eficiência na oferta de serviços públicos e na promoção do desenvolvimento econômico local; (GPAU, 1996)

- Transparência e responsabilidade dos decisórios e agentes; Compromisso cívico e cidadania; Segurança dos indivíduos e do ambiente em que vivem (UN-HABITAT 2002).

O Estatuto da Cidade - Lei 10.257/2001 - estabelece normas de ordem pública e impõe, em seu artigo 2º, que a política urbana garanta “o direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações”. Sendo assim é de grande importância construção de uma cidade sustentável nos dias atuais e esta dissertação tem objetivos que contribuem para a análise da qualidade de vida dos anapolinos, ao mostrar o número crescente da população urbana e se há o crescimento proporcional de infraestrutura básica que atenda toda a população urbana de Anápolis.

7. ESTATUTO DA CIDADE

O Estatuto da Cidade, nome associado desde o início da década de 1990, ao projeto de lei destinado a regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da Política Urbana, tem sido considerado por vários autores como o marco referencial da reforma urbana no Brasil.

Saule Jr. (2001), destaca que durante sua elaboração, vários atores sociais participaram da negociação, como instituições de classe, governos municipais e representantes do setor imobiliário e da construção civil. Ainda segundo este autor, o fato da Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, durante o ano de 1999, termos sido dirigida por membros de partidos progressistas possibilitou uma parceria entre esta comissão e o Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Este fato desencadeou o envolvimento de diversos representantes da sociedade civil organizada e de órgãos governamentais, num processo cujo objetivo seria elaborar, de forma consensual, um substitutivo que regulamentasse os instrumentos da política urbana. Assim, o Estatuto da Cidade tornou-se o marco referencial da reforma urbana no Brasil justamente por ser fruto de um processo participativo, com base em experiências vivenciadas por cidades brasileiras durante a década de 1990.

No Brasil, o processo de reorganização da economia mundial, em período recente, teve como consequência direta o recuo dos investimentos públicos no espaço das cidades. Associado a uma pressão pela privatização de empresas públicas de prestação de serviços urbanos e à ausência de propostas reais, para o enfrentamento dos problemas sociais derivados do incremento dos níveis de pobreza, especialmente da pobreza urbana. Nesse contexto, o agravamento dos problemas urbanos passou a ocupar um maior espaço de discussão, tanto no meio acadêmico como nas instancias responsáveis pela formulação de políticas públicas, o que veio a pressionar o poder público por ações imediatas. (VICENTE, 1998)

Aliado a esse quadro, o processo de reconstrução da ordem democrática no país, iniciado na década de 1980, traduziu-se pela demanda por participação da população na formulação das políticas urbanas locais. Foi esse contexto nacional que favoreceu a concepção de uma lei voltada especificamente para a temática urbana: a lei federal n. 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade. (VICENTE, 1998)

O Estatuto da Cidade foi aprovado em julho de 2001, após um período de onze anos durante o qual o texto da lei esteve tramitando nas instancias competentes. As dificuldades para aprovação de uma lei nacional sobre desenvolvimento urbano, onze anos de

tramitação, estão relacionados com o impacto sobre o mercado imobiliário de alguns instrumentos nela previstos e explicitam os conflitos de interesses presentes na dinâmica da estruturação urbana. Para fazer cumprir a função social da cidade, a propriedade imobiliária deverá estar subordinada ao interesse coletivo, o que implica um maior controle sobre a ocupação dos imóveis urbanos, tradicionalmente utilizados com fins especulativos (VICENTE, 1998). Conforme coloca OLIVEIRA:

“alcança-se, com este importante princípio, novo patamar no campo do direito coletivo, introduzindo a justiça social no uso das propriedades, em especial no uso das propriedades urbanas. É o Estado, na sua esfera municipal, que deverá indicar a função social da propriedade e da cidade, buscando o necessário equilíbrio entre os interesses público e privado no território urbano”. (OLIVEIRA, 2001, p. 8)

Outro princípio que reforça o caráter de reforma desta nova lei, é a relevância dada à gestão democrática, garantindo-se a participação da população nas decisões de interesse público, inclusive na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (VICENTINI, 1995). Com esse princípio, como bem coloca Oliveira,

“Busca-se a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público, superando a situação atual, com concentração e investimentos em determinadas áreas da cidade.” (OLIVEIRA, 2001, p. 8).

O Estatuto da Cidade é bastante inovador, abordando aspectos da gestão urbana não contemplada em nenhuma legislação anterior. Embora seja evidente que a lei, sozinha, não pode resolver todos os problemas de nossas cidades. O Estatuto abre possibilidades de intervenção concreta sobre o quadro de exclusão social que caracteriza as cidades brasileiras, oferecendo aos municípios um conjunto de instrumentos, além de uma concepção de planejamento e gestão urbana participativa, que viabilizam a operacionalização do princípio constitucional da função social da propriedade urbana (VICENTINI, 1995).

A partir do cumprimento do Estatuto da Cidade, recupera-se, conforme coloca Falcoski, o objetivo das políticas públicas e do planejamento de “criar instrumentos mais dinâmicos que viabilizem ações e decisões de seus agentes para obtenção de uma estrutura urbana equilibrada dentro do princípio de justiça, equidade e qualidade sócio espacial e ambiental”. (FALCOSKI, 2000, p. 75).

O Estatuto da Cidade, tendo em vista sua aprovação recente (2001), tem gerado dúvidas por parte das administrações municipais, poder legislativo e entidades civis. É uma questão que se coloca é: por que o Estatuto desperta tanto interesse e provoca tantas discussões? Agora que esta lei está aprovada, depois de 11 anos de tramitação, quais os

impactos decorrentes de sua implementação? O que o Estatuto da Cidade pode trazer de novo para a política urbana? (VICENTINI, 1995).

Para responder essas questões, é importante lembrar que o processo de produção da cidade no Brasil caracteriza-se pela segregação socioespacial: a população de maior renda vive nas melhores áreas, que são servidas de infra estrutura e bem localizadas, e a classe de menor poder aquisitivo vive na periferia e, geralmente, de forma ilegal. Embora muitas administrações municipais trabalhem com instrumentos legais e de planejamento, esse padrão de cidade excludente permanece. Diante desse quadro, caberia perguntar, portanto, para que serviria mais uma lei, se já existe um marco legal consistente, mas que tem se mostrado ineficiente para garantir a melhoria da qualidade de vida para o conjunto da população (VICENTINI, 1995).

Conforme colocado anteriormente o Estatuto sozinho não resolve todos os problemas de exclusão urbana. Mas se ele for divulgado e discutido, a demanda pela sua implementação poderá ser gerada pela população, que terá embasamento legal para exigir da administração municipal o cumprimento da função social da cidade. Tendo em vista as penalidades estabelecidas pelo Estatuto caso essa função não seja cumprida, o que se pode admitir é que, ainda que não seja por uma intenção de reforma urbana, mas pelo temor à penalidade, haverá preocupação com a implementação do Estatuto da Cidade junto às administrações municipais (VICENTINI, 1995).

CAPÍTULO – II

1. ANÁPOLIS: ORIGEM E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

1.2 Origem

De acordo com Polonial (1996) existem duas versões lendárias sobre a origem do núcleo que formou a cidade de Anápolis. Ambas envolvem Ana das Dores de Almeida, mãe de Gomes de Sousa Ramos, considerado o fundador do povoado de Santana. Desde o início do Século XIX a região onde se situa a cidade de Anápolis, era povoada por pequeno número de fazendeiros e que recebiam viajantes, comerciantes e religiosos.

Havia uma grande movimentação naquela época, no sentido econômico como a atividade de comerciantes tropeiros entre Minas Gerais e Goiás, a agricultura e a pecuária. Era um espaço de encontro da população no âmbito religioso. Desta maneira teve origem o povoado na região do Ribeirão das Antas, que posteriormente se tornou a cidade de Anápolis (POLÔNIA, 2007 citado por LIMA, 2008).

Em 1870 tem origem o arraial com a construção da capela em homenagem a Santana. O terreno fora doação de fazendeiros da região, assim exposta:

Dizemos nós abaixo assinados que entre os bens que possuímos livres e desembargados como bem uma parte de terras que temos na beira do rio das antas que divide pelo veio da água acima com os Nunes, digo para baixo pela estrada para o campo com o catingueiro. Damos de nossa livre vontade para Nossa Senhora Santa Ana e por havermos dado mandamos passar esse título que ficará pertencendo de hoje em diante a essa santa e por havermos dado mandamos este. Sítio do Monjolo, 25 de abril de 1870. A rogo de Joaquim Rodrigues dos Santos – Elias Gomes da Paixão. A rogo de Ignácio José de Sousa – João Gomes de Moraes. A rogo de Manuel Roiz dos Santos – Damião Alves Peixoto. Camilo Mendes de Moraes. A rogo de Pedro Roiz dos Santos – Joaquim Ignácio de Godoy. (BORGES, 1975, p.25).

De acordo com Ferreira (1979) o desenvolvimento comercial e o aumento da população fizeram acalantar a esperança de transformar a Freguesia em Vila. No período da freguesia até a elevação à condição de vila, os limites territoriais foram alterados até definição por época da elevação da Vila à condição de cidade, em 31 de julho de 1907, pela Lei nº 320. Desde 1893 que a população da Vila elegia o seu representante, mesmo com todos os vícios do coronelismo típicos da República Velha (1889-1930). Apenas o primeiro administrador foi nomeado, o Sr. José da Silva (Zeca) Batista, que administrou entre 1892 e 1893. Daí, até 1930, foram 11 administradores, passando a fase da Vila, para a Cidade, e, aos poucos o município foi se desenvolvendo.

Na gestão de Odorico da Silva Leão (1919 a 1923), este se preocupou com a construção de estradas e de urbanizar a cidade. “Às preocupações com a expansão urbana, já verificada em gestões anterior, foram acrescidas preocupações com a urbanização. A Praça Santana, então o centro da cidade, foi arborizado, ganhando novo aspecto” (FREITAS, 1995, p.88)

1.3 A chegada dos trilhos

A década de 1930 foi um marco para a história de Anápolis, pois a inauguração da ferrovia, em 1935, permitiu à cidade um grande desenvolvimento econômico. O comércio se desenvolveu bastante pois a ferrovia facilitou a circulação

de mercadorias, juntamente com a chegada de imigrantes, que aumentou a população e automaticamente o comércio alcança vantagens de desenvolvimento em Anápolis, fazendo do município, o maior pólo econômico da região. (POLONIAL, 2000)

Sobre esse período, Polonial (2000), afirma:

Entre 1870 e 1935, a região do município de Anápolis sofreu profundas mudanças. As poucas moradias existentes, habitadas por escassa população, deram lugar a uma aglomeração humana mais complexa. As casas foram reformadas com as construções de alvenaria e a cidade ganhava feições urbanas mais definidas. (POLONIAL, 2000, p.53).

Após a chegada dos trilhos a Anápolis a economia local experimentou mudanças significativas. O comércio torna-se mais dinâmico, com o crescimento do número de estabelecimentos. O comércio atacadista cresceu 1.533,34% no período de 1935 a 1948, enquanto as máquinas de beneficiamento tiveram um crescimento de 212,50% no mesmo período (França, 1973).

A esse respeito cita Castro que:

Com a expansão da cafeicultura em São Paulo, os trilhos de ferro (Mogiana) chegaram ao Triângulo Mineiro, incentivando a exploração agrícola no seu entorno. Desse modo, os comerciantes puderam expandir os seus negócios para o sul de Goiás, financiando e organizando a produção, cujas relações de comércio seguiam duas direções: para o sudoeste, comerciando com Uberlândia e para o sudeste, com Araguari. (CASTRO, 2004, p.81).

Assim Freitas (1995), narra que a perspectiva de chegada da estrada a Anápolis atraiu imensa gama de pessoas interessadas em abrir negócios, movimentando a vida da cidade mesmo antes da efetivação da mesma. A obra também ensejou uma mudança na paisagem urbana à medida que levou a prefeitura, comerciantes e moradores a refazer o traçado das ruas, construir praças, mudar o cemitério de lugar, limpar as fachadas das casas,

na expectativa das transformações positivas que a estrada traria. A ferrovia representou durante o século XIX (1800) e início do XX (1900), o símbolo do progresso, do avanço tecnológico e da possibilidade de superação das longas distâncias. Assim se expressa Hobsbawm sobre a ferrovia:

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagética da poesia erudita e popular. A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia (HOBSBAWM,1991, p. 61).

1.4 Construção de Goiânia e Brasília

Outro importante momento no processo de urbanização de Anápolis, ocorreu com a fundação de duas cidades em sua proximidade, ambas destinadas a capital. Goiânia (Capital do Estado de Goiás) e, posteriormente, Brasília (Capital Federal) que se ligaram através de Anápolis e as três cidades tendem a se tornar o principal pólo de desenvolvimento urbano da região central do Brasil (CAMPOS, 1985).

A construção de Goiânia na década de 1930 do século passado constituiu-se em um elemento polarizador de interesses e opiniões divergentes em Goiás, mas também em um marco do avanço do capital na região. Construída para ser o símbolo da modernidade, do progresso e do espírito empreendedor de seu idealizador – Pedro Ludovico Teixeira – a nova capital traria em seu seio, segundo o discurso oficial e de seus defensores, o dom de romper com o atraso e a morosidade seculares que impregnariam a história de Goiás. Por seu intermédio a civilização finalmente chegaria ao sertão indócil. Fronteiras seriam conquistadas e o país integrado. (CAMPOS, 1985).

Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado. Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, capital de Goiás. Ao entregar à comunhão nacional a cidade, cuja construção foi parte principal do meu programa de governo, despido do meu espírito regionalista, ergo o meu olhar para a pátria em comum, antevendo o seu futuro esplendoroso. A ele, Brasil, entrega um grande ideal que se tornou uma grande realidade - Goiânia. Discurso de inauguração de Goiânia por Pedro Ludovico Teixeira, interventor, em cinco de julho de 1942. (TEIXEIRA, 1973, p.183).

Historicamente o que estamos chamando de eixo Goiânia-Anápolis tem um passado recente. Essa região se constituiu a menos de um século e passou por profundas transformações que afetaram a forma de ocupação do território, sua ecologia e demografia. Tornou-se em pouco tempo no principal centro econômico do estado de Goiás afetando a vida de milhares de pessoas que passaram a habitar as duas cidades. O eixo Goiânia-Anápolis-

Brasília apresenta hoje uma população de 5.205.465 pessoas, constituindo-se no quarto maior eixo do país e congregando, segundo o censo demográfico (IBGE, 2000), 50,3% dos habitantes do Estado.

Se considerarmos apenas Goiânia e sua região metropolitana e Anápolis e sua área de influência, temos um total de 2.117.964 pessoas vivendo nesse eixo. Essa região é também a que apresenta maior crescimento demográfico no estado. Analisando o balanço migratório do Estado de Goiás entre 1991-2000 é possível perceber também que os municípios menores estão sofrendo perda de população, enquanto os maiores e com mais investimento de capitais as tem incorporado. No caso, Goiânia-Anápolis tem sido pólo de atração crescente para a população do interior do Estado e de outras regiões do país. (IBGE, 2000)

Em função da construção de Goiânia, algumas modificações ocorreram no estado. Em termos de estrutura agrária, as pequenas propriedades, que ocupavam área correspondente a 0,15% do total do estado em 1920, evidenciando uma concentração fundiária, em 1940 abrangiam 1,63% da mesma comprovando um processo de fracionamento no período passando de 38.370 ha desocupação. Também as médias propriedades aumentaram sua área de ocupação (...). O número de pequenos estabelecimentos aumentou nove vezes no período de 1920 – 1940, os dos médios cerca de três vezes e o dos grandes quase dobrou. (ESTEVAN, 2004, p.107)

Com a construção de Brasília para grande parte do Brasil a região Centro-Oeste passa a existir concretamente. Antes a Região Centro Oeste figurava no imaginário nacional apenas como um lugar longínquo, espécie de “terra de ninguém”. A construção da nova capital, além de colocar Goiás no mapa com a Constituição do Distrito Federal em seu território, movimentaram capitais, deslocou o eixo político e moveu imensos contingentes de população para a região, mobilizados pela construção e pelas oportunidades de trabalho advindas da mesma.

O projeto de construção de Brasília e a rede de estradas de rodagem implantada a serviço da nova capital federal influenciaram diretamente no avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste. Foi a mais arrojada entre as ações governamentais por completar a ocupação econômica do território brasileiro e por dar continuidade ao processo de modernização conservadora que o país vinha experimentando desde os anos 30. Ao decidir pela construção da nova capital no interior do Brasil, Kubitschek seguiu uma tendência política iniciada no estado novo: promover a conquista da fronteira oeste e norte do país. A política de industrialização intensiva dos anos 50, baseada num novo padrão de acumulação capitalista, exigia ações efetivas do Estado para acelerar o avanço da fronteira agrícola e a criação do mercado nacional. (BORGES, 2000, p.235).

1.5 Daia

Em Anápolis desde meados da década de 1920 se instalou as primeiras máquinas de beneficiamento de arroz e café vinculando a atividade industrial à atividade agrícola. Porém, segundo Freitas (1995), uma política de industrialização na cidade só se efetivou a

partir de 1958, quando foi fundada a Associação Industrial de Anápolis, com o objetivo de aglutinar os empresários do setor e desenvolver a industrialização da cidade. Em fins de 1967 o projeto do Governo Estadual de criação de uma cidade industrial foi levado para Anápolis e quase uma década depois, em 1976, foi criado na cidade o Distrito Agro-industrial de Anápolis (DAIA). A criação do DAIA fez parte de uma série de medidas do governo estadual, em articulação com o Governo Federal, que procurava diversificar as atividades econômicas do estado atadas historicamente a produção agropecuária.

Na década de 1970 o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Goiás (INDI) foi extinto e, em seu lugar, foi criada a Superintendência de Distritos e Áreas Industriais, com o objetivo de orientar e coordenar a política industrial no estado, através da implantação dos distritos agroindustriais. Essa superintendência deu lugar posteriormente a Companhia dos Distritos Industriais de Goiás (GOIÁS INDUSTRIAL) que passou a ser o organismo responsável pela expansão das atividades agroindustriais, a criação do DAIA fez parte da política desenvolvida por esse órgão.

Leonino Caiado (1971-1975) o governador do Estado de Goiás na época fez uso da lei nº 7700, que concede incentivos fiscais para projetos industriais a se estabelecerem em Goiás, Anápolis é favorecida pela base institucional que já dispunha. Além disso, a pressão do empresariado faz com que, logo em seguida, seja criado e instalado o Distrito Agro-Industrial de Anápolis (1976), o DAIA surge como reforço à estratégica localização de Anápolis, que se situa em uma região, com um potencial e crescimento acima da média brasileira. . (CASTRO, 2004).

Além disso, conforme a autora:

Anápolis, município que cedia o DAIA, é considerado cidade-trevo, seu posicionamento geográfico de entroncamento para todas as regiões brasileiras contribui para a competitividade dos negócios e empreendimentos de sua área de influência. (Castro, 2004, p. 62).

Dentro dessa perspectiva em 1984 o Governo Estadual criou o FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento a Industrialização do Estado de Goiás, com o objetivo de estimular a ampliação do DAIA e outras iniciativas voltadas para a industrialização. Além disso, uma Lei Municipal e também projetos federais vieram favorecer o esforço pela industrialização do território Goiano. No caso do DAIA, uma lei municipal de 1986 isentava as empresas por sete anos de taxas de expediente, de licença para funcionamento, de IPTU, e ISSQN e do ITBI de imóveis adquiridos diretamente junto a GOIÁS INDUSTRIAL. (FREITAS, 1995).

Em nível Federal foi criado o FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste. O conjunto de medidas adotadas pelos sucessivos governos após a década de 1970, com o intuito de diversificar as atividades econômicas do Estado e atrair empresas ligadas ao setor industrial resultou no início de uma industrialização que no quadro do estado ainda pode ser considerada incipiente.

Mas que tem provocado mudanças no perfil das cidades em que os projetos de industrialização se estabeleceram, pois além da diversidade econômica provocam também mudanças no quadro social da região, atraindo grande número de trabalhadores do campo para as cidades que ali procuram emprego e/ou melhor qualidade de vida. (FREITAS , 1995).

Santos (2001) destaca que a partir dos anos de 1970 ocorreu um processo de desconcentração da produção industrial no Brasil. Essa expansão teve como uma das características o planejamento econômico e regional com a instalação de pólos de fabricação mediante incentivos governamentais. Nesse processo o Sul, Centro-Oeste e região Norte passaram a incorporar parcela do capital industrial o que acabou por levar a uma nova reconfiguração do território. As fronteiras agropecuárias modernas do Centro-Oeste tornaram-se fronteiras externas à região concentradora (Sudeste), passando a abrigar um número pequeno de poderosas indústrias.

2. A GEOPOLÍTICO NO BRASIL E A PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

As instalações das bases aéreas em território nacional tinha a função de servir de apoio as campanhas no continente africano, o abastecimento da borracha para o exército norte-americano, além da participação das forças armadas brasileiras no conflito a utilização de pilotos brasileiros em combates aéreos através da Força Aérea Brasileira (FAB), esse fato impulsionou mais a posição da FAB em relação a sua utilização na proteção do território nacional. Com o fim da guerra, o Brasil assumiria uma posição de alinhamento em relação aos Estados Unidos e o seu combate ao comunismo, intensificado no período da guerra-fria, essa fase tem como principal fato o surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949, que vai ser responsável pela efetivação de um pensamento que colocara o Brasil como grande potência (MYAMOTO, 1995).

A ordem antiga multiseular, consagrando a colocação da humanidade acima da promiscuidade dos animais, proclamava três degraus indispensáveis a qualquer organização social humana: individuo a família, a sociedade. Si todos os seres vivos são indivíduos e alguns têm por instinto a idéia de grupamento em sociedade, só um tem noção de família: o homem. Pois bem, o comunismo decepa a trilogia. Quer degradar os homens ao nível dos animais. Só conserva os termos extremos: o individuo e a sociedade. Desconhece a família (BACKHEUSER , 1933. p.8).

O limiar da Grande Guerra e o advento da ESG vão imprimir uma nova direção aos estudos geopolíticos. De um lado surge uma nova geração de estudiosos: entre outros, Golbery de Couto Silva, Carlos de Meira Mattos, João Baptista Magalhães, Waldyr Godolphim Aurélio de Lyra Tavares. Por outro lado, o clima de guerra fria reinante e o perigo do “inevitável confronto” entre o ocidente democrático e o mundo comunista vão influenciar decisivamente os novos estudos.

Nesse período vai surgir a instituição que se convencionou designar como o laboratório ideológico das Forças Armadas brasileiras. A ESG vai ter um papel de estabelecer a doutrina e as bases ideológicas que orientaram o pensamento militar brasileiro, já que seu cursos serão destinados apenas aos militares, no currículo desse cursos os temas relacionados a Segurança Nacional, Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Estratégia Nacional, Política Nacional e Desenvolvimento Nacional, a geopolítica seria vista pela ESG como um elemento teórico de apoio para o desenvolvimento dos temas citados. (MYAMOTO, 1995).

A transferência da capital do Brasil para o planalto central, o deslocamento do litoral para o sertão era um dos assuntos pertinentes em relação à segurança nacional, do país, os militares sempre se posicionaram contrários a presença da capital no litoral, devido a

facilidade de ataques vindos do exterior. Em suma, o discurso geopolítico brasileiro desde a década de 1920 vem insistindo na transferência da Capital Federal para o “Planalto Central”. Essa preocupação expressa-se nas obras de geopolítica, em conferências, artigos na imprensa, ensaios em revistas como o Boletim Geográfico, a Revista Brasileira dos Municípios e outras; e, principalmente, em periódicos militares (Revista: A Defesa Nacional, Revista do Clube Militar e Segurança & Desenvolvimento) (VESENTINI, 1987).

A visão militar tinha na perspectiva o aspecto de ocupação territorial do Brasil, embora esse processo tenha iniciado com a marcha para o oeste durante o governo Vargas e a construção de Goiânia, a necessidade de interiorização do poder militar e político passava pela mudança da capital. O discurso geopolítico de isolar o centro do poder das pressões populares era objetivo de preocupação das elites dirigentes no governo de JK, concretizou esse ideal. Segurança nacional da capital estava “livre” das pressões populares, já que a maior parte do operariado brasileiro se encontrava na região sudeste. Sendo o Centro-Oeste uma economia agrária, nesse período era marcada por relações de subordinação aos grandes latifundiários, outra questão é que a maior parte da população se encontrava empregada nos setores relacionados aos serviços, criando uma forte dependência em relação ao Governo.

Com a construção de Brasília passou-se a discutir a necessidade de criação de unidades militares, para a proteção da nova capital da República surgindo à região geoestratégica. Esta foi uma das grandes preocupações dos governos militares pós-1964, pois tinham interesses em reforçar a segurança militar da cidade e de seu entorno. Conforme a geopolítica, (...) a implantação de Brasília no planalto goiano, representou uma etapa fundamental da estratégia de ocupação mais efetiva do território nacional, e de fortalecimento da segurança do Estado, implicando assim realocações nas bases logísticas e operacionais nas quais repousa a segurança da nação (VESENTINI, 1987).

2.1 A base aérea de Anápolis e o contexto ditatorial brasileiro

O golpe de 1964, que instalou a ditadura militar no Brasil durou vinte anos. Sendo que no final da década de 1960, durante a transição do governo Costa e Silva (1966 -1969) para o governo Médici (1969 -1973) a Força Aérea iniciou estudos para a formação de unidade de interceptação aérea, com o objetivo de preservar a soberania do espaço aéreo brasileiro e, especificamente, a região central do País. A cidade de Anápolis foi considerada ideal para sediar a essa base. Geograficamente o município de Anápolis localiza-se na região Centro Oeste do país, na Mesorregião do Centro Goiano e na microrregião de Anápolis, entre as coordenadas geográficas 16° 05' 30" e 16° 29' 49" de latitude sul e 48° 45' 14" e 49° 13' 17" de longitude oeste (MORAIS, 2004).

Com altitudes entre 800 e 1.600m na zona fisiográfica do Mato Grosso Goiano, onde se inicia o Planalto Central, no sul do Estado de Goiás, macro região do Centro-Oeste. Além de ser uma cidade que tem uma das ocupações mais antigas do Estado deste o século XIX, com a construção de Goiânia da Belém-Brasília, e de Brasília, essa cidade assume uma posição estratégica tanto para o comércio regional e nacional, quanto para proteção da região Centro-Oeste e Norte pela sua posição e pela base aérea (MORAIS, 2004).

No final da década de 1960, ocorreu na Base Aérea de Fortaleza uma reunião onde se fazia presente o então ministro da Aeronáutica Marechal do Ar Márcio de Souza e Mello. Tendo naquela oportunidade um encontro com os Comandantes de Caça, onde surgiria a idéia inicial que acabaria na implantação da Base Aérea de Anápolis. Ao final da reunião, foi determinado pelo então Ministro da Aeronáutica a elaboração de um estudo com a finalidade de estabelecer um controle geral de todo o movimento aéreo. Foi criado um sistema que abrangia todo o território nacional com a finalidade de atender as necessidades de vigilância, controle e policiamento e defesa do nosso espaço aéreo mediante um centro integrado com atribuições, tanto da Defesa Aérea como do Tráfego Aéreo denominado PRODUCTA (Programa de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo) (MORAIS, 2004).

Para Becker (2002), o projeto geopolítico nessa fase se caracteriza pela necessidade de modernização das Forças Armadas do país para o controle do tempo e do espaço através do vetor científico-tecnológico. Esse desenvolvimento foi buscado através de projetos como o da construção, Base Aérea de Anápolis, a implementação da indústria bélica os investimentos nas Empresas Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), entre outros.

No dia 10 de maio de 1970, após serem avaliados por engenheiros e pilotos da Força Aérea Brasileira foi anunciado que o Brasil tinha comprado treze MIRAGE III, monoplaces (um assento) biplace (assento duplo), os quais foram designados F103 EBR, para o primeiro F103 DBR para o segundo de fabricação francesa pela empresa Avions Marcel. A construção da Base que seria a sede desses aviões ocorreu entre 1970 e 1975, ano de inauguração, a aérea da base fica no Km 04 da BR 414 e tem aproximadamente 300.000 m² e dividi-se em 12 prédios aos quais abriga os respectivos esquadrões.

Como a base foi construída para sediar exclusivamente esses caças, foi implantado o Grupo de Defesa Aérea (1º GDA) ou Esquadrão Jaguar, como também é conhecido originou-se do antigo Núcleo da primeira Ala de Defesa Aérea (1º ALADA). Ativada em 9 de fevereiro de 1972, a primeira Alada foi criada para ser o braço armado do SISDACTA, implantado para prover uma rede de meios eletrônicos de detecção capaz de rastrear e identificar as aeronaves que sobrevoam o território brasileiro.

A primeira ALADA foi reestruturada, passando a ser denominada de Base Aérea de Anápolis (BAAN) e sediando o primeiro Grupo de Defesa Aérea (1º GDA) criado em 1979, esse tem como prioridade o estado de alerta permanente, cobrindo a área da capital federal e também da floresta Amazônica. A visão de “proteção” da Amazônia, passava pela criação da necessidade de ocupação dessa área e sua incorporação aos grandes projetos capitalistas de extração das riquezas naturais, e de deslocamento populacional, uma das estratégias foi o processo de colonização na Amazônia. Sendo assim os MIRAGE III, teriam um papel essencial no controle desse território (SILVA, 1991).

A integração da Amazônia foi considerada como prioridade máxima por razões de acumulação e de legitimação. A ocupação foi vista como capaz de promover o “equilíbrio” geopolítico interno e externo, oferecendo uma solução completa para os problemas de tensão social na periferia e para o crescimento no centro, como também servindo para incrementar a predominância do Brasil na América do Sul (BECKER, 2002, p. 149-150).

2.2 Anápolis atualmente

O município de Anápolis, com área de 918,4 Km², encontra-se inserido na mesorregião do Centro Goiano e microrregião Anápolis, representando 0,32% da área do Estado de Goiás. Situa-se no eixo Goiânia–Brasília, terceiro maior aglomeramento urbano do País, entre os paralelos 16°19'48"S e 48°58'23"W de Greenwich, com altitudes entre 800 e 1600 metros acima do nível do mar. O município de Anápolis engloba os distritos de Interlândia, Souzaânia, Goialândia e Joanópolis, além dos povoados de São Vicente, Vila Rica e Marinópolis (PLANO DIRETOR, 2005).

Confronta-se com os seguintes municípios: Abadiânia, Pirenópolis, Petrolina de Goiás, Ouro Verde de Goiás, Campo Limpo, Nerópolis, Terezópolis de Goiás, Goianópolis, Leopoldo de Bulhões e Silvânia. A cidade de Anápolis dista cerca de 46 Km de Goiânia, Capital Estadual. 147 Km da Capital Federal, interligada pelas rodovias BR-153/060, quase totalmente duplicadas (PLANO DIRETOR, 2005).

Constitui-se num dos principais entroncamentos rodoviários do País, contando ainda com as rodovias BR- 414, G0-222 e G0-330, todas pavimentadas. Possui ramal da ferrovia Centro-Atlântica, o trecho inicial da ferrovia Norte-Município pólo industrial, situado no Planalto Central, Anápolis é conhecida como a Capital Econômica do Estado. Segunda maior cidade e um dos principais centros de comercialização de grãos, de produtos hortifrutigranjeiros, pólo de comércio atacadista, farmacêutico e universitário. Abriga o DAIA, a Base Aérea de Anápolis BAAN (Área de Segurança Nacional) e o Porto Seco – Estação Aduaneira Interior, para o desembarço alfandegário de mercadorias. (PLANO DIRETOR, 2005).

Historicamente, a cidade de Anápolis se destaca no contexto regional pelo dinamismo econômico que apresenta e por sua localização estratégica. Sua origem remonta o final do século XIX e está relacionada a duas explicações ou justificativas que se complementam. Uma delas corresponde à presença de condições naturais favoráveis no local onde se desenvolveu o sítio urbano de Anápolis: um relevo de ondulações suaves, perfazendo 54 % de seu território e com 43% de áreas planas; um clima tropical com temperaturas amenizadas pela altitude de, aproximadamente, 1.017 metros acima do nível do mar; e, uma vegetação original composto por matas ciliares e Cerrado (LUZ, 2001).

De forma geral é possível destacar três períodos que caracterizam o processo evolutivo da cidade de Anápolis: o primeiro compreende o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, marcado pela expansão das fronteiras agrícolas e a ruptura do relativo isolamento de Goiás em relação aos centros dinâmicos da economia nacional, além do processo de edificação de Goiânia; o segundo, inicia-se com a chegada da ferrovia, Estrada de Ferro Goiás, em 1935 e encerra-se na década de 1960 com a construção de Brasília, quando impactou o desenvolvimento local a abertura da rodovia Belém-Brasília; o terceiro se desenvolve a partir da década de 1960 e alcança o século XXI, caracterizado pela diversificação da economia local por meio do desenvolvimento comercial e industrial (LUZ, 2001).

Por sua vez, a cidade de Anápolis que se encontra posicionada de forma estratégica no entroncamento das rodovias BR 060, BR 153 e BR 414, consolidou-se na função de entreposto e base logística regional (SANTOS, 1981, p. 91). No geral, a região que concentrava 20,17% da população da Região Centro-Oeste em 1970, passou a concentrar 88,8% em 2010, de acordo com dados do Instituto Brasileiro do IBGE. Anápolis é também uma área que, além de concentrar grande número da população goiana, gera 73,39% do PIB de Goiás, de acordo com dados da SEPLAN/GO (2009), enquanto, que a cidade de Anápolis gera 6,6% e Goiânia 27,8%, ou seja, mais de um terço de toda a produção estadual se realiza nestas duas áreas. Outro indicador da produção nesta região corresponde aos percentuais de arrecadação do ICMS.

Em 2008, ainda segundo informações da SEPLAN (2008), 77,8% do total de impostos foram arrecadados no Centro Goiano, sendo 6,1% em Anápolis e 47,6% em Goiânia. Esse fenômeno promoveu a expansão urbana e a metropolização de Goiânia e Brasília; desenvolveu uma área complexa no entorno do Distrito Federal com a constituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) que engloba 19 municípios goianos; além de indicar na constituição de um eixo entre as duas metrópoles que passa por Anápolis. (Revista Anápolis Digital, 2010)

Dessa maneira, não é difícil compreender porque 29% do número de hospitais goianos estão em Anápolis e em Goiânia, o que representa 41,4% dos leitos hospitalares, sendo que em Anápolis estão 5% e em Goiânia mais 24%, conforme dados do Ministério da Saúde. Ao analisar os dados acima percebemos importância da cidade de Anápolis para o Estado de Goiás, pois a cidade possui grandes números de hospitais, ou seja realiza muitos atendimentos, devido o grande número populacional e também pela localização estratégica que fica conforme o mapa abaixo indica. (CNES, 2009).

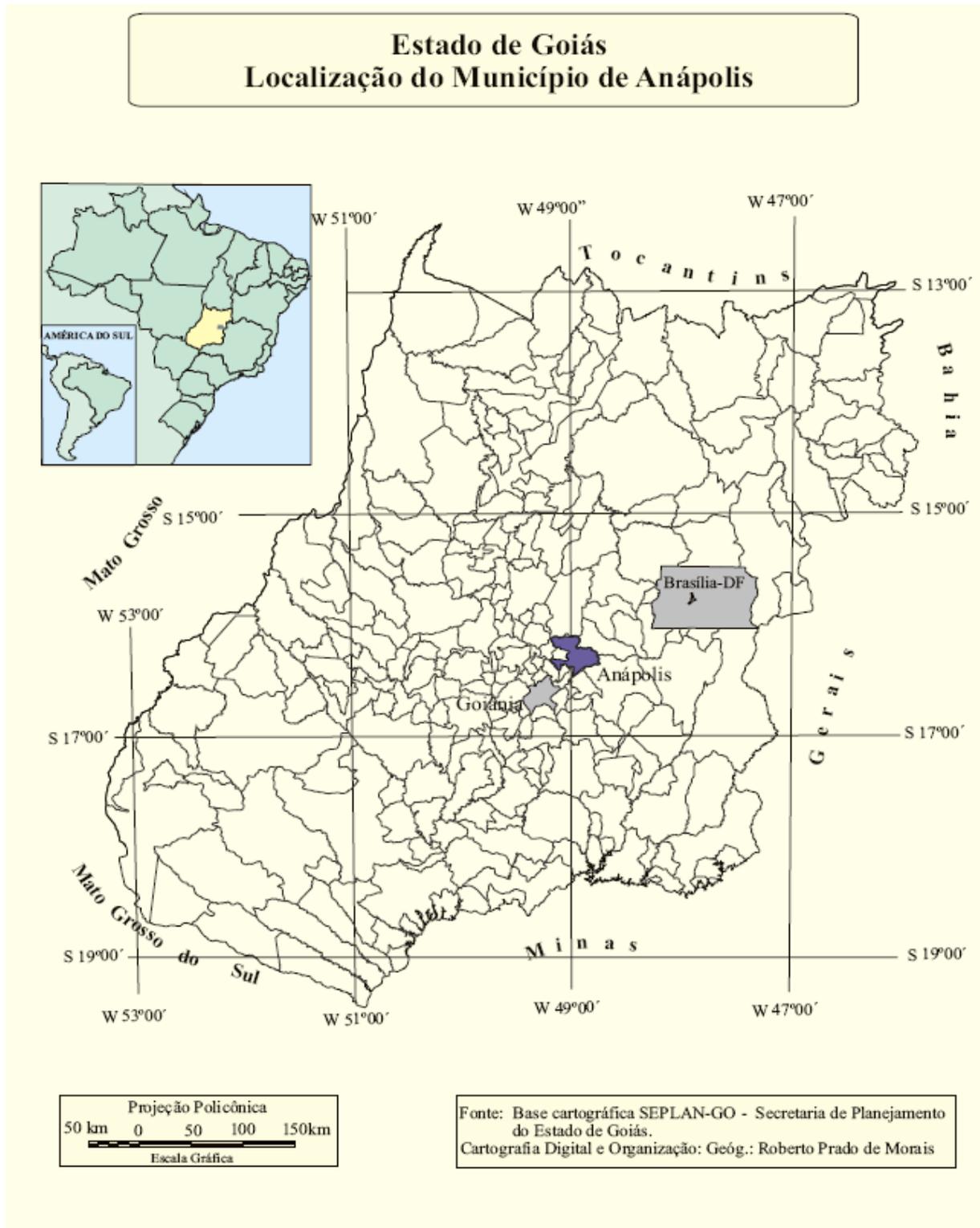


Figura 1: Mapa de localização do município de Anápolis, Goiás.

A cidade de Anápolis localizada no mapa acima é um eixo econômico de grande potencial econômico de grande potencial de consumo dotado de parque industrial com destaque para o segmento farmacêutico e forte comércio atacadista, bem servido de infraestrutura, situado em uma região de entroncamento dos transportes rodoviário e ferroviário, "Anápolis tem vocação para atrair investimentos", baseado nessa perspectiva, a

análise do processo de desenvolvimento de Anápolis, e a respectiva consolidação como centro regional propicia a compreensão mais efetiva da dinâmica que envolve o exercício do comando regional da cidade (Luz, 2001).

De acordo com dados da SEPLAN/GO (2009), enquanto Anápolis arrecada 91,7% de impostos, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá somam 6,3%, o que significa 98% do total de ICMS da Microrregião, dado que reafirma com diversidade interna da economia e no maior mercado consumidor presente nessas cidades. A cidade de Anápolis é um polo muito importante para o Estado de Goiás e lógico para todo Brasil, Tem-se a necessidade de ter infraestrutura básica com qualidade. (LUZ, 2001).

2.3 Dinâmica demográfica e desenvolvimento de Anápolis

O crescimento populacional de Anápolis se deu, principalmente, ao fluxo migratório que se verificou de tempos em tempos. É importante ressaltar que não houve uma política oficial de migração desenvolvida pelo município. As migrações ocorreram espontaneamente, mesmo no caso dos imigrantes japoneses, tais fluxos se verificaram sobretudo em momentos de grande crescimento da cidade e região. Pode-se afirmar que o primeiro fluxo migratório se verificou nos primórdios do povoado, quando várias famílias procedentes dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí, em deslocamento pelo Estado de Goiás, fixaram-se na região, erguendo-se as primeiras habitações do local. (FREITAS, 1995).

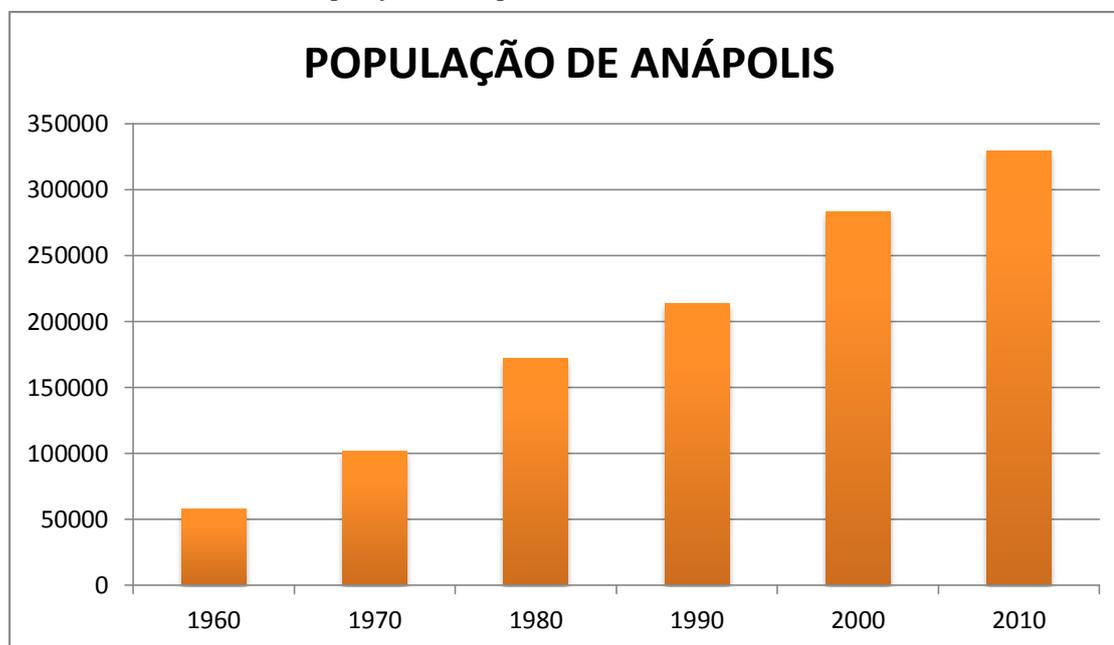
No século XX, o fluxo se ampliou, abarcando pessoas de outras cidades do Estado, já que Anápolis passou a se constituir em centro comercial importante. Em 1912 chegaram às famílias de italianos e no final dos anos vinte, as famílias de japoneses. Em ambos os casos, em pequena quantidade, não se constituindo um fluxo elevado. O Segundo grande fluxo se deu nos anos trinta, com a chegada da estrada de ferro. A população da cidade cresceu bastante. (FREITAS, 1995).

As principais consequências desse crescimento, provocado mais pelo fluxo migratório do que pelo crescimento vegetativo da população, foram a expansão urbana e a especulação imobiliária. O terceiro grande fluxo ocorreu no início do ano de 1970 com a construção da Base Aérea. Milhares de pessoas, entre militares e suas famílias, mudaram para a cidade, diante das novas oportunidades oferecidas pela instalação da unidade militar. (FREITAS, 1995).

Os dados populacionais do gráfico 1 foram obtidos através dos recenseamentos do IBGE de 1960 a 2010. De acordo com o gráfico 1, a partir de 1960 temos um grande crescimento demográfico em Anápolis. Em 1960 temos 57.741 habitantes passando em 1970

para 101.559 habitantes, tendo um percentual de aproximadamente de 56% do crescimento da população em 1970.

GRÁFICO 2 – Gráfico da População de Anápolis-GO de 1960 a 2010



Fonte: Ibge 2010

Em 1970 o número de habitantes da cidade de Anápolis era de 101.559 habitantes passando para 171.837 habitantes em 1980, tendo um percentual de 59% de aumento da população urbana de Anápolis. Em 1980 a população Anapolina passa de 171.837 habitantes para 213.916 em 1990, tendo o percentual de 80% do crescimento populacional de Anápolis. Em 2000 a população passa de 213.916 para 283.395mil habitantes tendo o percentual de 75% de crescimento populacional da cidade de Anápolis. Ao analisar os dados do gráfico 1, temos em 40 anos um crescimento populacional total em Anápolis de aproximadamente de 200%, tornando um número muito grande de pessoas, que passaram a viver na área urbana de Anápolis, onde tem se a necessidade de saneamento básico para garantir a sobrevivência e qualidade de vida da população Anapolina.

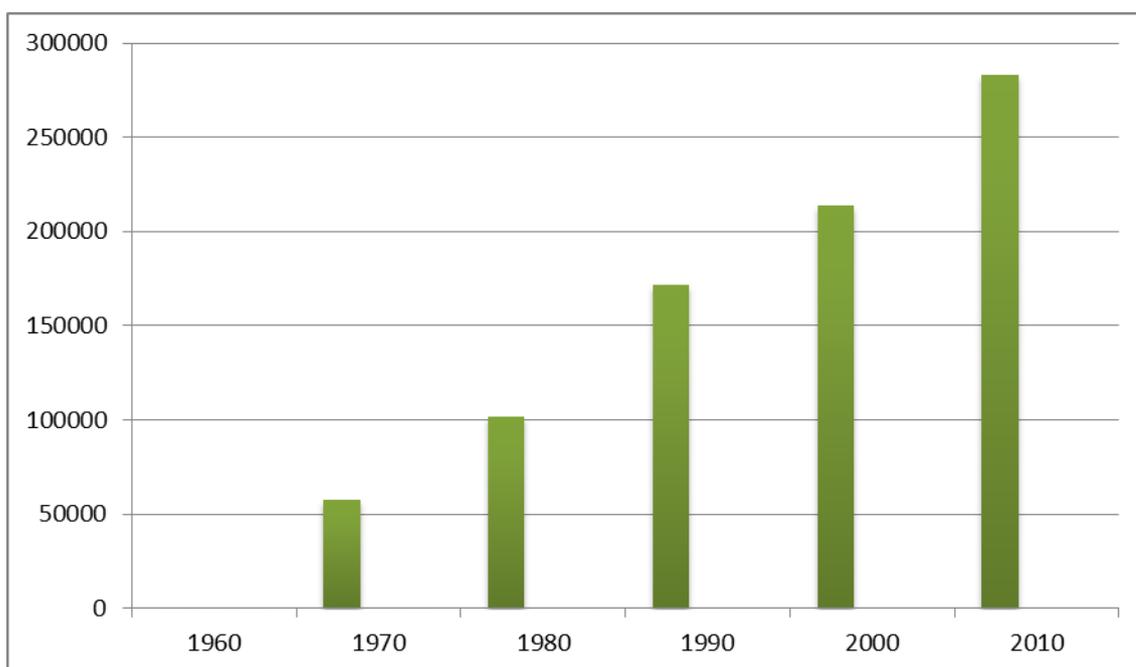
2.4 Sistema de abastecimento de água tratada de Anápolis

Em dez anos (1960 a 1970) a população urbana de Anápolis dobrou, passando de 57.741 para 101.550 (IBGE, 1970). Sendo que a partir de 1970, a estrutura urbana da cidade foi se modificando rapidamente, sem o ordenamento necessário, gerando os problemas de infraestrutura típicos. Até 1973 o sistema de água de Anápolis era administrado por uma autarquia municipal, a Superintendência Municipal de Saneamento (SUMSAN). Em 1963 foi criado a SANEAGO que assumiu a administração do sistema em 1973, por meio de contrato

de concessão. O sistema de abastecimento de água de Anápolis foi inaugurado em 1952, com a captação de água do Rio das Antas (ANÁPOLIS, 2013).

Em 1976 a captação foi transferida para o Ribeirão Piancó e a ETA para o setor Jardim das Américas. Para captação de água da cidade de Anápolis, utilizam-se o manancial superficial, representado pelo Ribeirão Piancó, afluente da margem direita do Rio Capivari. Responsável pelo abastecimento de água da maior parte da população da cidade; O restante do abastecimento de água da cidade fica no manancial subterrâneo dos poços do sistema independente Arco Verde. Onde abastecem os bairros do Setor Sul e Jardim Arco Verde. O abastecimento do DAIA é realizado a partir de manancial superficial, representado pelo Rio Caldas. O sistema DAIA é operado pela Goiás Industrial tem capacidade nominal de 234 Is dos quais 100 Is são destinados presentemente ao abastecimento da cidade. Este sistema de acordo com os dados de 2010 da SANEAGO proporciona atendimento a 95% da população da sede Municipal de Anápolis (SANEAGO, 2001).

GRÁFICO 3: Abastecimento De Água Em Domicílio Em Anápolis De 1960 A 2010.



Fonte Ibge, 1960 a 2010

Os dados do gráfico acima foram obtidos pelos recenseamentos do IBGE do crescimento populacional e o abastecimento de água dos anos de 1960 a 2010 com o plano Diretor da SANEAGO. Aos domicílios particulares permanentes que tem como características consideradas pelo IBGE como:

* **Casa:** quando localizado em uma edificação de um ou mais pavimentos, desde que ocupado integralmente por um único domicílio, com acesso direto a um logradouro

(arruamento, vila, avenida, caminho, etc.), legalizado ou não, independentemente do material utilizado em sua construção;

* **Apartamento:** quando localizado em edifício de um ou mais andares, com mais de um domicílio, servido por espaços comuns (hall de entrada, escadas, corredores, portaria ou outras dependências). O domicílio localizado em um prédio de dois ou mais andares em que as demais unidades não eram residenciais e ainda aquele localizado em edifício de dois ou mais pavimentos com entradas independentes para os andares, foram considerados como apartamentos, ou;

* **Cômodo:** quando composto por um ou mais aposentos localizado em uma casa de cômodos como cortiços.

Ao analisar dados concretos fornecidos pelo IBGE e dados fornecidos pelo plano diretor da Saneago de Anápolis, observa-se algumas visões críticas em relação ao crescimento populacional e acompanhamento deste crescimento populacional ao crescimento de abastecimento de água da população de Anápolis. Como podemos observar no gráfico 2 o número de domicílios particulares permanentes em 1960 eram de 12.054, sendo que, destes 12.054 domicílios particulares permanentes somente 1.544 eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água, considerado pelo IBGE, rede geral, quando o domicílio, o terreno ou a propriedade em que estava localizado e estavam ligados à rede geral de abastecimento de água.

Em 1960 o percentual de pessoas que eram atendidas por uma rede geral de água eram apenas de aproximadamente 12%, um índice muito baixo de pessoas que eram atendidas por uma rede geral de abastecimento de água, lembrando que este período não se tinha política nacional de saneamento básico. O tipo de política existente em 1960 não passava de uma política que era marcada por decisões esporádicas locais, de acordo com as necessidades que surgiam. E o interessante que a falta desta política Nacional de Saneamento Básico refletiram claramente nos dados locais, mostrados no gráfico 2, onde aproximadamente somente 12% da população Anapolina, eram abastecidas por água fornecidas pela rede geral de abastecimento.

O restante dos domicílios de acordo com o IBGE eram de 8.628 em 1960, sendo que estes 8.628 domicílios. Utilizavam água de poço ou nascente, para o consumo diário. (sendo considerado poço ou nascente pelo IBGE quando o domicílio era servido por água de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade onde estava construído). Partindo do pressuposto que ter água potável para o consumo diário é a garantia de qualidade de vida, em 1960, 8.628 domicílios permanentes de Anápolis eram abastecidos com água retirada de poço ou nascente.

Sendo que a água era bombeada manualmente ou utilizavam-se cordas amarradas em um balde onde a água era adquirida para o consumo, sem nenhum tratamento como: filtração e clarificação, dando a margem para a falta da qualidade de água que 8.628 domicílios permanentes ingeriam, supondo que em cada domicílio tivessem em média cinco pessoas, temos no total de aproximadamente 43 mil pessoas da cidade de Anápolis, que eram abastecidas com água sem nenhum tratamento adequado para o consumo diário. Diante dessa análise do índice de pessoas que eram abastecidas em 1960 por poços ou nascentes, pode-se entender ou até conciliar aos resultados desses dados a uma análise feita pelo IBGE sobre saneamento básico no Brasil nesta época, que discute o grande número de mortalidade infantil até 1965, quando não existia até 1960 uma política nacional de saneamento básico no Brasil, veja no quadro 2 a seguir.

QUADRO 2 – Taxa De Mortalidade Infantil de 1930 A 2010

Taxa de mortalidade infantil, segundo as regiões do Brasil, de 1990 a 2010

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1930	193,3	193,2	153,0	121,0	146,0
1940	166,0	187,0	140,0	118,0	133,0
1950	145,4	175,0	122,0	109,0	119,0
1960	122,9	164,1	110,0	96,0	115,0
1970	104,3	146,4	96,2	81,9	89,7
1980	79,4	117,6	57,0	58,9	69,6
1990	44,6	74,3	33,6	27,4	31,2
2000	28,6	43,0	20,7	18,4	21,0
2010	23,5	33,2	16,6	15,1	17,8

Fontes: Censo demográfico 1930-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992-1993, 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15-17, 1997.

De acordo com os dados do IBGE, a mortalidade infantil no Brasil segue em declínio. Em uma década (1998 – 2010) passou de 33,5 crianças mortas por mil nascidas vivas para 22. Em 1930, a taxa de mortalidade infantil no Brasil era estimada em 168%. Este valor, já era o resultado de um lento, mas consistente declínio de mortalidade, iniciado desde o princípio do século que é reflexo da implantação de determinadas políticas sanitárias em alguns centros urbanos. Nas décadas seguintes, embora lentos, mantém-se a tendência de queda, fato comprovado, inclusive pelos valores das taxas de variação.

Em 1970 o total de domicílios particulares permanentes era de 19.568 residências, sendo que, a quantidade de residências ligadas a rede geral de água eram apenas 5.851, tendo

o percentual de 29% de pessoas que tinham abastecimento adequado de água. Ao compararmos o percentual de 12% de pessoas atendidas por uma rede geral de abastecimento de água em 1960, temos um número crescente em 1970, pois neste período o percentual de pessoas atendidas por uma rede geral de abastecimento de água era de 29%, mas ainda tínhamos 9.649 residências que eram abastecidas com água de poço ou nascente, ou seja 49% consumiam água sem nenhuma fonte segura da sua qualidade, e ainda 22% de domicílios particulares permanentes que não constam com precisão a fonte que eram abastecidas, mas de acordo com IBGE, geralmente esse restante de domicílios particulares permanentes eram servidos de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas e/ou por carros-pipas (IBGE, 2000).

Em 1980 observa-se 38.553 domicílios particulares permanentes, sendo destes 20.356 eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água, tendo um percentual de 52% da população atendida e as 17.453 residências, eram abastecidas por poço ou nascente. Tendo 744 residências eram consideradas como outros pelo IBGE que significava quando o domicílio era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas e/ou por carros-pipas. Apesar do período de 1964 e 1985 a política nacional era centralizada e os recursos do setor de Saneamento Básico passaram a ser gerenciados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) que através do PLANASA, incentiva a criação de companhias estaduais, sob a forma de economia mista, e a concessão dos serviços pelos municípios aos estados (REZENDE e HELLER, 2002).

O objetivo do Plano Nacional de Saneamento era encaminhar uma solução permanente e realista para eliminar o déficit do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Em 1981, as metas a serem atingidas, durante a década, passam a ser o atendimento da população urbana em 90% com serviço de abastecimento de água de boa qualidade e 65% com serviço de esgotamento sanitário (REZENDE e HELLER, 2002).

Percebe-se que em relação a meta Nacional que seria o atendimento de 90% da população urbana por rede geral de abastecimento de água não foi alcançada, pois em Anápolis em 1990 o índice de pessoas atendidas por uma rede de abastecimento de água ainda era de 72%. A combinação entre o acirramento da crise econômica, no início dos anos de 1980, e a adoção de um modelo de poder centralizado no BNH, resultou em uma política seletiva que privilegiava as grandes empresas estaduais em detrimento das prefeituras e interesses locais.

Os governos estaduais tornaram-se os responsáveis pelas negociações com os municípios, e ao mesmo tempo, se beneficiaram com recursos do PLANASA, na medida em que há adesão dos municípios ao plano. Em contrapartida, os estados passaram a lidar com a

resistência de municípios que se opuseram ao que consideravam como uma ingerência na vida da população local.

O Governo Federal encontrou dificuldades em cumprir as metas por ele estipuladas, mesmo agregando os resultados da contribuição dos serviços municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pelos municípios, que não aderiram ao PLANASA. Percebe-se claramente o fracasso de alcançar um índice maior de saneamento básico para a população em detrimento de uma política gananciosa e egoísta. Onde eram defendidos os interesses pessoais de uma pequena parte de pessoas, e a grande maioria sofriam as conseqüências da falta de uma política eficaz que garantissem o direito de todos ou da grande maioria de terem saneamento básico. (REZENDE e HELLER, 2002).

Em 1990 o total de domicílios particulares permanentes era de 57.862 residências abastecimento considerado como Rede Geral pelo IBGE de 41.694 residências, totalizando um percentual de 72% de residências que eram atendidas por uma rede geral de abastecimento de água. Mas tinham se 15.642 domicílios particulares permanentes que eram abastecidos com água de poços ou nascentes e 526 residências considerados como outros. Sendo ainda um percentual baixo se analisarmos que desde e 1960 já se tinham conclusões claras da necessidade fundamental de saneamento básico para a vida da população.

Em 2000 tinham se no total de 80.423 residências particulares permanentes, sendo que, destes, cerca de 80% recebiam atendimentos da rede geral de água, totalizando 64.650 residências particulares permanentes. No ano de 2000 ainda tinha se 15.590 residências que eram abastecidas com águas de poços e nascentes e 183 domicílios particulares permanentes que eram abastecidas com outras formas. Em face das tendências de redefinições do papel do estado, a partir da Constituição de 1988, a ênfase na descentralização e privatização traz de volta a responsabilidade de políticas públicas ao poder local.

Em 2000 o percentual de pessoas atendidas em Anápolis por rede de água tratada é de 80% de acordo com os dados oficiais do IBGE, comparando estes dados aos dados de abastecimentos de água de 1960, pode se observar que no período de quarenta anos a quantidade de pessoas atendidas por abastecimento de água potável aumentou bastante, mas há ainda em 2000, 20% de pessoas que não são atendidas por água devidamente tratada, colocando assim em risco a vida 20% de seres humanos. Em 1960 de acordo com o IBGE o índice de mortalidade infantil era muito alto, devido justamente à falta de saneamento básico.

Conclui-se que o Saneamento básico é fundamental para a sobrevivência das pessoas, ou seja, este benefício é essencial a todos, pois é garantia de vida. Sendo assim todas as pessoas devem ser atendidas por abastecimento de água, não se pode conformar com ainda

um índice de 20% de pessoas que não tem garantia de qualidade de vida, nem mesmo a própria sobrevivência.

Em 2010 temos um percentual de abastecimento de água tratada divulgado pela empresa, são dados fornecidos pela empresa que prestam serviços a Anápolis desde 1960. De acordo com a SANEAGO 95% de domicílios particulares permanentes são atendidas atualmente em Anápolis por rede geral de abastecimento de água. Percebe-se com esses dados que houve um crescimento do acesso das pessoas com água tratada na cidade, porém existem 5% de pessoas que não tem acesso a esse serviço, sabe-se que pra esse grupo de pessoas que não tem acesso à água tratada, muitos problemas de saúde podem ser causados a essas pessoas, devido à falta de água tratada.

Os dados acima divulgados no gráfico são dados fornecidos pela empresa SANEAGO que presta serviço desde 1960 no Estado de Goiás. Questiona se a empresa mencionada, se esses dados divulgados são verdadeiros ou simplesmente estratégicos para promoção administrativa e política dos executivos que a administram, lembrando que de acordo com a constituição de 1988, saneamento básico é de responsabilidade das políticas locais.

Em 2010 Ministérios das cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental / Sistema Nacional De Informações sobre Saneamento - SNIS / Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2010, Tem se os seguintes dados: Dos 91,8% do índice de atendimento total de água 93,4% do índice de atendimento urbano. Entre os dados do SNIS e SANEAGO, há pequenas diferenças, mas o que se percebe é que tem uma pequena parcela de pessoas que não tem acesso à água tratada, e serviço de saneamento é um direito universal de todos.

2.5 Tipo de esgotamento sanitário

Os dejetos gerados pelas atividades humanas, comerciais, e industriais necessitam ser coletados, transportados, tratados e dispostos mediante processos técnicos, de forma que não gerem ameaças à saúde e ao meio ambiente. Esgotamento sanitário é o conjunto de obras e instalações que propiciam, coleta, transporte e afastamento e tratamento desses dejetos produzidos pelas atividades humanas, comerciais e industriais. O tipo de esgotamento sanitário do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente foi classificado pelo IBGE como:

- Rede geral de esgoto ou pluvial – quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes dos banheiros ou sanitários estava ligados a um sistema de coleta que os conduziam a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusessem de estação de tratamento de matéria esgotada;

- Fossa Séptica – quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município;

- Fossa Rudimentar – quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, entre outros);

- Vala – quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto;

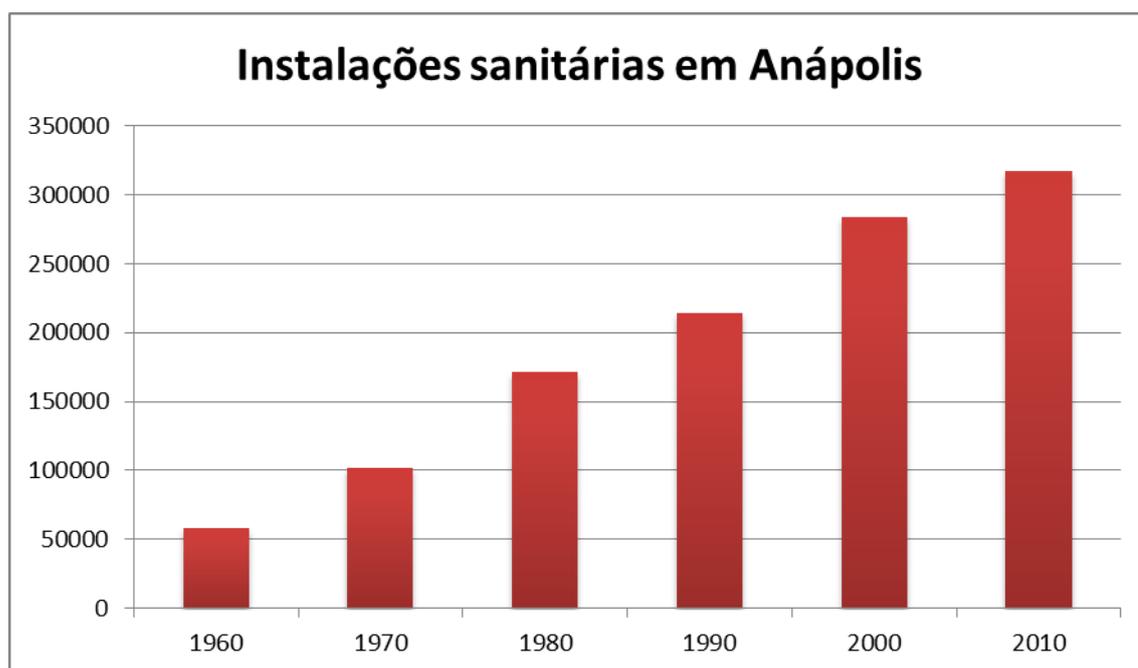
- Rio, lago ou mar – quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a um rio, lago ou mar;

- Outro escoadouro – qualquer outra situação não descrita anteriormente.

2.6 Sistema de esgotamento sanitário (SES)

Os primeiros trechos de rede coletora de Anápolis foram implantados em 1956. Em 1969 foi construída uma estação de tratamento de esgotos de área central da cidade, para tratar 50% do esgoto coletado na época, hoje desativado. O SÉS de Anápolis teve grande impulso em 1991, quando se deu início da operação do sistema ampliado, conforme o projeto elaborado pela sigma engenharia entre os anos de 1985 e 1989. O atual sistema de esgotamento esta dividido em seis sub- bacias: (a) Góis, (b) Água Fria, (c) Cesários, (d) Reboleiras e (e) Antas, estão localizadas na bacia do córrego das Antas; e a sub-bacia Catingueiros, localizada na Bacia do Córrego Catingueiro.

A maior parte do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Anápolis foi implantada conforme projeto elaborado em 1980. Nesta época o Estado de Goiás e principalmente a cidade de Anápolis, viviam sob o reflexo das expectativas de crescimento populacional e econômico, ocorridos nas décadas anteriores. O crescimento esperado não aconteceu fazendo com o que os parâmetros otimistas utilizados na elaboração do projeto não confirmassem. Portanto, o sistema de esgotamento existente na cidade de Anápolis, praticamente atende às vazões previstas para o horizonte deste plano diretor, somente em 2025. (SANEAGO, 2001)

GRÁFICO 4: Instalações Sanitárias Em Anápolis de 1960 A 2000, E Uma Projeção De 2010.

Fonte ibge 2010

O gráfico três mostra as instalações Sanitárias de Anápolis (Rede Geral de abastecimento de água e Instalação sanitária), percebe-se ainda um atendimento muito abaixo do que é considerado ideal para a população Anapolina, quando nos referimos ao atendimento através de instalação sanitária ao longo desses quarenta anos. Do total dos domicílios particulares permanentes em 1960 que era 12.054 residências, somente 943 residências eram atendidas pela rede de esgoto, ou seja, menos de 10% da população Anapolina era atendida por um sistema de esgoto, que os conduziam a um desaguadouro geral da região.

E ainda em 1960, 8.628 residências, utilizavam água que eram retiradas do poço ou nascentes e no mesmo período havia 6.076 fossas rudimentares, ou seja, uma fossa que não tinha estrutura segura, sendo que a destinação deste esgoto se não for adequada, acabam contaminando as águas superficiais e subterrâneas, solo entre outros.

Baseado nestes dados de esgotamento sanitário de Anápolis em 1960 dá pra entender bem a discussão que o IBGE coloca neste mesmo período o elevado índice de mortalidade infantil, que de acordo com este instituto o motivo do grande índice de mortalidade infantil era a falta de saneamento básico. E mesmo apesar da conclusão em 1960 do IBGE do grande índice de mortalidade infantil que era devido a falta de saneamento básico, podemos perceber que em 1970, 9.649 domicílios particulares permanentes utilizavam águas de poços ou nascentes, e mais o número de fossas rudimentares aumentaram passando de 6.076 para 9.784 fossas rudimentares, no percentual de aproximadamente 61% de residências que tinham sistema de esgotamento precário, contaminando certamente os poços e

nascentes próximos a estas fossas rudimentares. Colocando em risco a saúde de um grande número de pessoas.

O uso de águas de poços, nascentes e paralelamente o grande número de fossas rudimentares que eram utilizados neste mesmo período, provavelmente contaminavam essas águas. Por vários anos (1960 a 1990), o uso de águas de poços, nascentes e também o uso de fossas rudimentares eram maneiras fundamentais que proporcionavam condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário da população Anapolina.

Sendo que os dados locais anteriores comentados conciliam com análise do IBGE que consideravam até 1960 o sistema de esgotamento sanitário nacional precários por parte dos municípios, sendo que os efeitos da falta de investimento se fizeram sentir nas altas taxas de mortalidade infantil e no agravamento da deterioração sanitária.

Em 1970 os números de domicílios particulares permanentes eram de 19.568 residências, onde as pessoas atendidas pela rede geral eram de 2.608 domicílios, tendo um índice de 13%, que apesar de ter a partir de 1964 a 1985 uma política centralizadora, não aumentou muito a quantidade de pessoas que eram beneficiadas pelo esgotamento sanitário. Em 1980 de 38.553 domicílios, temos 5.923 pessoas atendidas pela rede geral de esgoto, aproximadamente 15% do total de domicílios particulares permanentes eram atendidos com um sistema eficaz de esgotamento sanitário.

Em 1990, 57.862 domicílios permanentes, com a rede geral de esgoto em 20.759 domicílios, tendo o percentual de aproximadamente de 35% de domicílios atendidos, tendo um crescimento baixo em relação aos demais anos, mas estando longe de alcançar toda a população.

Em 2000, com os domicílios particulares permanentes eram de 80.423 residências, a rede geral era de 38.737 residências, tendo um percentual aproximado de 48% da população atendida por rede geral de esgoto. E ainda em 2000 de acordo com os últimos dados oficiais do IBGE 183 residências usam fossas rudimentares, vala a céu aberto, rio, lago entre outros. Em 2010 o índice de atendimento total de esgoto é 47% de acordo com o SNIS (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO). O índice de atendimento urbano é de 47,8%, apesar de serem fontes diferentes percebemos que os dados se diferem pouco. E mais ainda de 2000 a 2010, não houve crescimento do atendimento de esgoto na cidade de Anápolis, menos da metade da população tem acesso ao serviço de esgotamento sanitário.

Sendo indiscutível o prejuízo que este tipo de esgotamento pode causar as pessoas e a todo o meio ambiente, levando uma análise bem crítica sobre o que atualmente tem sido discutido constantemente que é a construção de um meio ambiente sustentável, focando nas

idades que abrigam atualmente o maior número de pessoas sendo assim a responsabilidade das cidades de construir e de ter condições urbanas necessárias a toda população. Com esses dados, pode-se concluir que o percentual de esgotamento da cidade de Anápolis é muito baixo para a construção de uma cidade sustentável tendo como objetivo de saneamento básico para todos.

2.7 Análise crítica do sistema de abastecimento de água e esgoto da população de Anápolis

As informações que constam nos gráficos anteriores são dados adquiridos do IBGE (Instituto Brasileiro de estatística) dos anos de 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010 nos revelam vários aspectos relevantes da questão. Todavia, a presente análise não tem intuito de esgotar este conjunto de informações. Pretendendo abordar alguns aspectos básicos de saneamento de Anápolis que forneça uma análise crítica do processo do crescimento populacional em relação ao crescimento do abastecimento de água e esgoto, para a garantia da qualidade de vida de todos os cidadãos como base de uma cidade Sustentável e o que esta prevista em leis e instrumentos normativos.

O abastecimento de água é uma questão essencial para a população e fundamental para a saúde do ser humano. Os riscos de adquirir graves doenças devido a sua ausência ou do seu fornecimento inadequado é de grande relevância para a saúde pública. A universalização deste serviço é a grande meta para os países em desenvolvimento, os números evidenciados por esta pesquisa mostram que em Anápolis houve um grande avanço no abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas para população da cidade de Anápolis, não é o suficiente, pois a meta deve ser a universalização deste serviço, ou seja, que todas as pessoas sejam beneficiadas com o abastecimento de água por um a rede geral de abastecimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diagnóstico urbano da infraestrutura de saneamento básico da cidade de Anápolis, Go: Subsídios para Políticas Públicas nos mostra a importância do saneamento básico para a qualidade de vida dos cidadãos Anapolinos. O crescimento populacional das cidades exige uma estrutura adequada de saneamento básico. A não existência de saneamento básico pode causar muitos prejuízos para a população. Prejuízos como o surgimento e contaminação das pessoas com muitas doenças que podem ser causadas por água não tratada e falta de esgoto.

Desde tempos mais remotos tem se a necessidade de ter água tratada para se consumir. Água e esgoto são o básico do básico que uma cidade precisa oferecer a sua população para ter o mínimo de qualidade de vida na cidade. Uma cidade que diz ser ou quer ser sustentável precisa ter saneamento básico para toda a população urbana.

Atualmente o saneamento básico abrange água, esgoto, lixo, área verde. O conjunto de tudo isso é necessário para qualidade de vida das pessoas que moram na cidade. Porém não é isso que acontece na maioria das cidades brasileiras. O que ocorre nas cidades brasileiras é em média 95% dos moradores tem acesso a água 51% de pessoas não tem acesso a esgoto. Anápolis está inserida nos dados acima. Existem em média em Anápolis 5% de pessoas que não tem acesso a água tratada e 51% de pessoas sem acesso a esgoto.

Sendo incompatível esses dados para uma cidade tão importante para o Estado de Goiás, Anápolis é a terceira maior cidade do Estado e a segunda mais importante na questão econômica. Tendo uma localização estratégica fica próxima a duas capitais. Brasília a capital Federal do Brasil e Goiânia capital do Estado de Goiás. Cidade considerada média, não pela quantidade da população, mas de sua importância econômica e estratégica localização.

Ter saneamento básico é essencial para a saúde do ser humano. E está previsto em lei federal de 2001 e municipal, lei bem recente, onde nos permite imaginar o quanto o Brasil está engatinhando na questão de saneamento básico e o quanto precisa melhorar. O Estatuto da cidade lei que garantem água e esgoto para todos os cidadãos. Mas de acordo com os dados expostos nessa dissertação percebemos que isso não acontece nem no Brasil, nem em Goiás e muito menos na cidade de Anápolis. Por isso é preciso ter mudanças, já que existem leis que garantem o saneamento a todos, tem se a necessidade de que esse direito saia do papel e passa ser algo vigente em práticas de infra estrutura básica para garantir saneamento a todos os cidadãos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAPOLIS-GO. *Plano Diretor Participativo*. 2005.

ANÁPOLIS, Cidades. Disponível em:

<http://www.cidades.com.br/cidade/anapolis/000885.html%3e.%20Acesso%20em:%202010-08-2013>

BASTIDE, Roger. Brasil. **Terra de Contraste**. São Paulo, DIFEL, 1978.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Claudio A. Brasil. *Uma nova potência regional na economia mundo*. 4ª edição Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 2002.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 2007.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura moderna*. São Paulo - SP: Perspectiva, 1989.

BEZERRA, Joyceane. *Reforma administrativa de 1995 e participação democrática [manuscrito]: o papel das agências reguladoras do serviço público na defesa do usuário /2000*.

BLUMENFELD, H. A *metrópole moderna*. In: **Cidades**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BOCCHINI, M. O. et al. *Vamos Mudar Nossas Cidades 2006?* Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=210> Acesso em outubro de 2010.

BORGES, Barsanufu Gomides. *A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930-1960)*. In, **Relações cidade-campo:fronteiras**. SILVA (Org.) Luiz Sérgio Duarte da. Goiânia:Ed. UFG, 2000.

BARROS, R. T. V. et al. **Saneamento**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. (Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – volume 2).
BORGES, H. C. *História de Anápolis*. 2º. ed. Goiânia, CERNE, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Org. Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. *Estatuto da Cidade (2001)*. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2001, 273 p., p. 23-28. (Série fontes de referência, Legislação; n. 40).

BRASIL. Lei Nº 11.445. De 5 De Janeiro De 2007. *Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico*. Brasília, Agenda 21 de Brasília. 2009.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. 2007.

1Branco, Maria L Castello (2006), “**Cidades Médias no Brasil**” In: Eliseu S. Sposito et al: *Cidades Médias: produção do espaço*, São Paulo: Expressão Popular, pp.245-271

CAMPOS, F. Itami. *Questões Agrárias: Bases sociais da Política Goiana (1930-1965)*.

São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1985. Tese.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Joana D'arc Bardella. Anápolis: *Desenvolvimento industrial e meio ambiente*. Anápolis: AEE, 2004.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CNUMAD. *Declaração de Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CNUMAD, 1992. Disponível em:
<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraRioMA.pdf> Acesso em outubro de 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: **NOSSO FUTURO COMUM**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CORRÊA, R. L. *Construindo o conceito de cidade média*. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ESTATUTO DA CIDADE. *Comissão de políticas de Desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias*. Brasília: MMA/PNUD, 2001 a.

ESTATUTO DA CIDADE. *Comissão de políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional*. Brasília: MMA/PNUD, 2001 b.

ESTATUTO DA CIDADE: *guia para a implementação pelos municípios e cidadãos*: Brasília-DF, Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações. 2001.

ESTEVAN, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2ª ed. – Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

European Commission. *Life in the City: Innovative solutions for Europe's urban environment*; **European Commission**; Brussels, (2007 a).

FERRARI, Marcílio M. *Perspectivas sobre a participação popular orçamentária*. In: SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 2002, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 41.

FERREIRA, Haidée. *Anápolis, sua vida seu povo*. Brasília: editora senado Federal. 1981.

FORUM DE ONGS BRASILEIRAS. *Declaración de Rio*. Rio de Janeiro: Foro Internacional de ONG y Movimientos Sociales, 1992. Disponível em:
<http://www.eurosur.org/NGONET/tr924.htm> Acesso em 28 de janeiro de 2011.

FRANÇA, Maria de Souza. *A formação histórica da cidade de Anápolis e sua área de influência regional*. Separata dos anais do VII simpósio – ANPUH, Belo Horizonte, 08/09/1973.

FREITAS, Revalino. *Anápolis: Passado e Presente*. Anápolis: Voga, 1995.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis, 1830-1880. *A cidade antiga; tradução Fernando de Aguiar*, - 4º. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Paidéia).

FUSTEL DE COULANGES. *A cidade antiga. Trad. Fernando de Aguiar*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GALVÃO JUNIOR, A.C.; PAGANINI, W.S. *Estado da arte da regulação da prestação dos serviços de água e esgoto no Brasil*. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN INTERAMERICANA DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL (AIDIS), 30, 2006, Punta del Leste, Uruguay. *Anais...* Punta del Leste: AIDIS, CD-ROM, 2006.

GALVÃO JUNIOR, A.C.; TUROLLA, F.A.; PAGANINI, W.S. *Viabilidade da regulação subnacional dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário sob a lei 11.445/2007*. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, Rio de Janeiro, V. 13, n. 2, p. 134, abr./jun. 2008.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1963.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano (GPAU). *Relatório Cidades Europeias Sustentáveis*; Comissão Europeia; Bruxelas. 1996.

HARVEY, David. *A justiça e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 2(1):15-28, junho - 2004 (ISSN 1678—698X) - www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm 28

HOBBSAWM, E. J. *A era das Revoluções: 1789 –1884*. 8º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article55275&var_recherche=Lourenco%20Garcia&ak=1 acesso em 15-06-2015.

HUTTON, G.; HALLER, L. *Evaluation of the costs and benefits of water and sanitation Improvements at the global level*. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde, 2004.

IBGE, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo demográfico de 2000.
ICLEI – Local Governments for Sustainability <disponível em <http://www.iclei.org/>>acesso em 15 de janeiro de 2011

LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1964.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LEROY, Jean Pierre (et al). *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- LUZ, J.S. *A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- MACHADO, Paulo Afonso. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo:Malheiros, 2006.
- MANFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Trad. Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Hatiaia, 1965.
- MARICATO, Ermínia. *As Idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias*. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. et. Al. (Org.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.
- MELLO, Neli Aparecida de. *Crescimento urbano e comprometimento ambiental*. **Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 21/22, p. 106–113, 1º e 2º semestres 1996.
- MONTIBELLER F, Gilberto. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Ed.UFSC, 2004.
- MORAIS, Arthur Luis Ribeiro. *Importância sócio-econômico da Base Aérea para o município de Anápolis*. 2004. 42 f Monografia , Universidade Estadual de Goiás.
- MUNFORD, Lewis — **A cidade na história, Itatiaia**, Belo Horizonte, 1965.
- MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico*. São Paulo, Ed. Ática. 1999.
- MYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papius, 1995.
- NUNES, Marcelo. *Contribuições para a discussão sobre cidades médias*. In: CIMDEPE. **Anais 2005**, FCT/UNESP. São Paulo, eixo 3: redefinições regionais e cidades médias.
- OLIVEIRA, Lívia de. *A percepção da qualidade ambiental*. In: **Caderno de Geografia. Belo Horizonte**. V.12 número 18. 2001.
- ONU. *Report of the world Comission on Environment and Development “Our Common Future”*. Nairobi, 1987. Disponível em www.anped.org/media/brundtland-pdf.pdf
 Acesso em 15 novembro 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **The world health report 2007: asafere future: global public health security in the 21st century**. Genebra,Suécia, 2007.
- PINSK, Jaime. *As primeiras civilizações*. 24 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**, Mestre Jou, São Paulo, 1965.
- POLONIAL, J.M. (org.). *O Centenário: iniciação à história de Anápolis*. Anápolis: Birds of the Cerrado Region, South América. AEE, 2007.
- POLONIAL, Juscelino Martins. **Ensaio sobre a História de Anápolis**. Anápolis: AEE, 2000.
- POLONIAL, Juscelino. *Anápolis nos tempos da ferrovia*. Anápolis: AEE, 1996.76p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS/SEMPGAF. Goiás, 2004, p.124.

PUTNAM, Robert; LEONARDI, R.; NANETTI, **Raffaella Y.** *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Org). *Doces no Brasil*. Editora Escrituras, São Paulo, 1999.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. *O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 310 p.

ROCHA, José Sales Mariano da. *Educação Ambiental Técnica para os Ensinos Fundamental, Médio e Superior*. Santa Maria-RS 2ª edição - Imprensa Universitária, 2000.

ROLNIK, RAQUEL- *Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas*. 1997. in: Ribeiro, L.C.Q. ;Santos dos, L.A. (orgs). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira.

ROSS, J. L. S.. *Geografia do Brasil*. 4. ed. São Paulo:Edusp, 2001.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice. 1981.

SANEAGO – *Planos Diretores de Água e Esgotos da Cidade de Anápolis*, 2001.

SANTOS, M. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria de Lourdes. O Brasil. *Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. Petrópolis, Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *Metamorfozes do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAULE, Jr. Nelson. “Estatuto da Cidade – instrumento de reforma urbana”. **In Gestão Urbana e de Cidades**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2006. <Disponível em: www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: jul, 2010.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2006. *Gerência de Informações Estatísticas*. <Disponível em: www.seplan.gov.br/sepin>. Acesso em: jul, 2010.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2006. *Arrecadação de ICMS em 2008*. Disponível em <<http://www.seplan.gov.br/sepin>> (acesso em julho, 2010).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2006. *Arrecadação de ICMS segundo as Regiões de Planejamento*, 2006 Disponível em <<http://www.seplan.gov.br/sepin>> (acesso em jul./2010) do Brasil. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1981.

SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional e Poder Executivo & Geopolítica 12* (BASE AEREA de Anápolis), 1991.

SINGER, Paul. *Economia Política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense e CEBRAP, 1977.

SJOBORG, Gideon — "*Origem e evolução as cidades*". In: DAVIS, K. et alii. *Cidades: a urbanização da humanidade*, Zahar, Rio de Janeiro, 1972.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo - SP: Contexto, 2004.

TEIXEIRA, J.C.; PUNGIRUM, M.E.M.C. *Análise da associação entresaneamento e saúde nos países da América Latina e do Caribe, empregando dados secundários do banco de dados da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS*. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 365-76, 2005.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Discurso de inauguração de Goiânia*. 1973.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. *O Brasil e o Ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel*. *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº 4 (44), outubro/dezembro/1991. p. 27-38.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: ed BIBLIEX, 1984.

UN-HABITAT (2002); *The Global Campaign on Urban Governance*; UN-HABITAT; Kenya.

VESENTINI, José Willian. *A Capital da Geopolítica*. 2. edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.